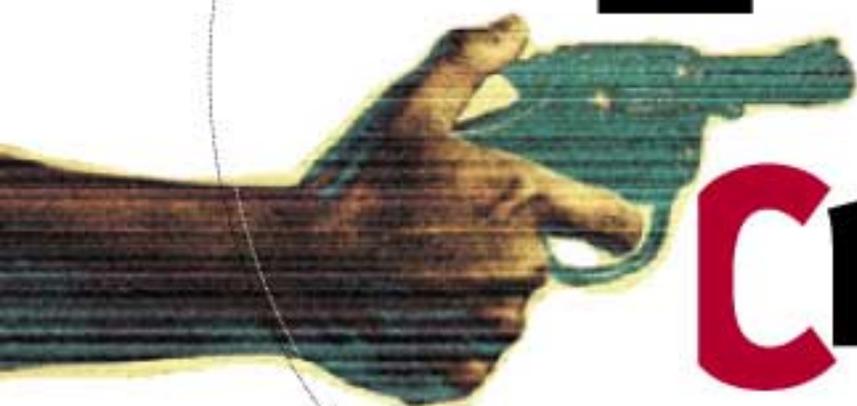


a mídia dos jovens

a Marca do Crime

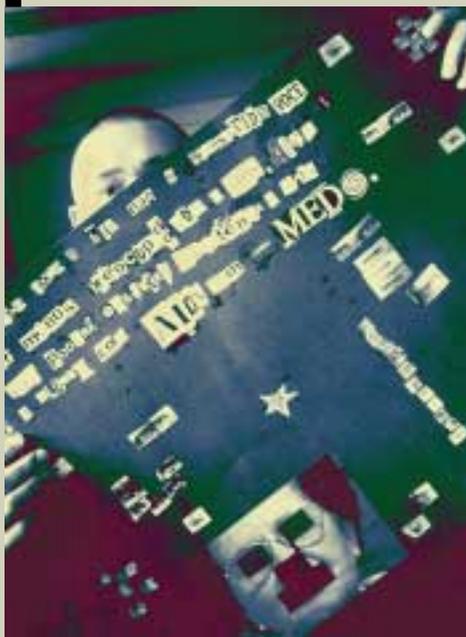


REALIZAÇÃO



Os delitos da imprensa
na cobertura da violência

Comunicação para todos



A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO CENTRO DA PAUTA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

"Crianças, adolescentes e educadores devem aprender a interagir com as diversas linguagens expressivas dos meios de comunicação, para que possam criar formas novas de pensar, sentir e atuar no convívio democrático".

JOSÉ BERNARDO TORO
FILÓSOFO E EDUCADOR • FUNDACIÓN SOCIAL COLOMBIA

NOSSOS PARCEIROS

A PESQUISA A MÍDIA DOS JOVENS
É UMA REALIZAÇÃO DA ANDI - AGÊNCIA DE
NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DO
INSTITUTO AYRTON SENNA

A PRESENTE EDIÇÃO CONTA COM APOIO DE:



Ministério da Justiça
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos
Departamento da Criança e do Adolescente



Primeiras
palavras

Muito além do boletim de ocorrência

Ao apresentar a nona edição da pesquisa *A Mídia dos Jovens*, a ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância e o Instituto Ayrton Senna enfatizam seus objetivos de cooperar para a consolidação dos veículos de mídia jovem (*revistas e suplementos dedicados aos adolescentes*) como instrumentos de “educomunicação” – fundamentais que são para a formação de uma juventude cidadã.

Nesta edição, apresentamos em destaque os resultados do estudo **Balas Perdidas**, cujo objetivo é trazer luzes a duas questões que alimentam enorme perplexidade na sociedade brasileira: de um lado, **a violência**; de outro, a maneira **como a imprensa aborda a violência** cometida contra e, algumas vezes, por adolescentes. Os dados e as conclusões de **Balas Perdidas** mostram que, para um país que deseja construir melhores indicadores de desenvolvimento humano, de respeito aos direitos da criança e do adolescente e de eficácia da justiça, é anêmico o diálogo que se estabelece entre **sociedade civil organizada + poderes públicos + instituições de pesquisa + imprensa** em torno da *Violência*.



A pesquisa *A Mídia dos Jovens* pode ser solicitada à ANDI. É distribuída gratuitamente aos assinantes das revistas *Imprensa* e *Educação* – que se somam às parcerias desta realização.

ESTA PUBLICAÇÃO É DIRIGIDA A PROFISSIONAIS DE IMPRENSA, PROFESSORES E ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO E OUTRAS ÁREAS ACADÊMICAS, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E GOVERNAMENTAIS E A TODOS OS QUE ACREDITAM SER A *INFORMAÇÃO* UM DIREITO DO CIDADÃO, E QUE POR ISSO SE SENTEM (COMO JORNALISTAS OU FONTES) CO-AUTORES DE SUA PLURALIDADE, INDEPENDÊNCIA CRÍTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL.

Agradecemos aos parceiros que contribuíram para que chegássemos à nona edição da pesquisa *A Mídia dos Jovens*: o **Ministério da Justiça**, a **Amencar**, o **Unicef** e a **Unesco**.

Devemos, entretanto, especial agradecimento pela dedicação com que os consultores técnicos *Rui Nogueira* (texto) e *Guilherme Canela* (estatísticas) mergulharam em centenas de cruzamentos de dados e ricos debates para chegar à análise e às recomendações que apresentamos. Agradecemos também, por idêntica dedicação, aos demais consultores convidados pela ANDI para compor o **Grupo de Análise de Mídia** sobre o tema *Violência*. E, além do mais, somos gratos às instituições que solidariamente cederam muito do tempo de seus técnicos para esta realização.

Esperamos, todos, que as reflexões não se transformem numa espécie de “boletim de ocorrência”, mas que possam estar a serviço do aprimoramento da informação e da promoção dos direitos da criança e do adolescente como personagens centrais na pauta do desenvolvimento humano.

GERALDINHO VIEIRA
DIRETOR EXECUTIVO • ANDI

VIVIANE SENNA
PRESIDENTE • IAS

www.andi.org.br

English version You can find a brief summary of this research on ANDI's website

Versión en español Se puede encontrar un resumen de este informe en el sitio de ANDI en la Internet

índice

BALAS PERDIDAS • A MARCA DO CRIME

08

Um caso de omissão?

Um caso de polícia

AIDS / JORNALISMO / PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

28

Sem corpo, sem prazer e sem afeto

JORNALISTA AMIGA DA CRIANÇA

33

Quem cabe no seu TODOS?

PING-PONG

38

Responsabilidade social da empresa impulsiona o jornalismo para o jovem

INFORMAÇÃO + FORMAÇÃO

43

O jornal na pauta da escola

PONTO FINAL

46

Um projeto de País

A presente edição da pesquisa **A Mídia dos Jovens** tem como destaque análise sobre a cobertura do tema **Violência** realizada pela mídia brasileira no período de 1 de Julho de 2000 a 30 de Junho de 2001. Foram pesquisados dois grupos distintos de veículos: o primeiro reúne o universo regularmente focalizado pela presente publicação (as revistas e os suplementos e seções de jornais dirigidos ao público adolescente), o segundo inclui os 46 principais diários brasileiros (universo que a ANDI acompanha semestralmente por meio da pesquisa **Infância na Mídia**).

Dada à reduzida presença de inserções sobre o tema **Violência** nas publicações da Mídia Jovem, foi possível analisar-se toda as reportagens produzidas no período por este grupo de veículos. Já no segundo caso, o volume de matérias clipadas diariamente pela ANDI – tendo como foco crianças e adolescentes no papel de vítimas ou agentes da violência – atingiu o significativo número de 14.905, inviabilizando a análise de todo o universo. Assim, foi criada uma amostra de 1.140 matérias utilizando-se da metodologia do mês composto¹ (criação de um mês de 31 dias composto com dias de todos os 12 meses que integram a análise).

De posse dos clippings de ambos os grupos de veículos, a ANDI realizou reunião com os consultores da presente análise para elaboração do instrumento de pesquisa que, a seguir, foi aplicado na classificação das inserções analisadas. Esse instrumento procurou avaliar as reportagens segundo diversos aspectos relacionados à problemática da **Violência**. Dentre eles, os dados referentes às vítimas, agressores e testemunhas presentes na matéria e ao tipo de violência cometida. Além disso, procurou-se radiografar o debate sobre as causas e soluções, Políticas Públicas e discussões mais gerais sobre o tema. A leitura das reportagens e os números resultantes da aplicação desse instrumento nos dois universos clipados permitiram aos consultores, desta vez reunidos por dois dias, produzir a ampla análise veiculada nesta edição da pesquisa **A Mídia dos Jovens**.

Os consultores definiram três eixos principais de discussão: Contexto/Radiografia dos Crimes (focalizado na forma como a mídia cobre o ato violento *per se*), Políticas Públicas (que discute a cobertura de ações estratégicas de enfrentamento ao problema – ou a ausência dessas ações) e Violência enquanto fenômeno social (estimulando a mídia a uma abordagem que procure contextualizar a Violência enquanto problema de ampla abrangência social). Todos os três eixos se preocuparam em analisar os dados da cobertura, descrever o que seria uma cobertura ideal e indicar caminhos para operacionalizá-la. Para ambas as pesquisas, a margem de erro é de 0,4% para mais ou para menos, calculada com a observação aleatória das matérias classificadas.

¹ A metodologia do mês composto é defendida por diversos autores. Cf., e.g., HANSEN, A. et al. – *Mass communication research methods*, New York: New York University Press, 1998. Cap. 5.

A MÍDIA DOS JOVENS • PESQUISA ANDI/IAS
(ISSN 1519-5384) ANO 5 / NÚMERO 9 / DEZEMBRO 2001

ANDI • Agência de Notícias dos Direitos da Infância

PRESIDENTE
Âmbar de Barros

DIRETOR-EXECUTIVO
Geraldinho Vieira

DIRETOR-ADJUNTO
Marcus Fuchs

DIRETOR-EDITOR
Veet Vivarta

Instituto Ayrton Senna

PRESIDENTE
Viviane Senna

SUPERINTENDENTE
Margareth Goldenberg

COORDENADORA/ÁREA DE COMUNICAÇÃO
Maria Helena Magalhães

A MÍDIA DOS JOVENS • Pesquisa ANDI/IAS

REALIZAÇÃO
ANDI / Instituto Ayrton Senna

APOIO
Unicef / Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça / Amencar / Unesco

EDIÇÃO
Veet Vivarta

CONSULTORIA TÉCNICA/TEXTO VIOLÊNCIA
Rui Nogueira

CONSULTORIA TÉCNICA/ESTATÍSTICAS VIOLÊNCIA
Guilherme Canela de Souza Godoi

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO
Gustavo Cunha e Ana Flávia Flôres

DISTRIBUIÇÃO
Adélia Rondon

EQUIPE DE CLIPAGEM E CLASSIFICAÇÃO • MÍDIA JOVEM
Gislene Hesse, Patrícia Osandon, Jonas Valente e Daniela Paiva

ASSISTENTES
Antônia Amélia, Eduardo Tavares e Rubenita Correa

PROJETO GRÁFICO
Célia Matsunaga e Marcelo Terraza

FOTOGRAFIAS
Mila Petrillo – são utilizadas fotos dos seguintes projetos sociais: *Caje - Centro de Atendimento à Juventude Especializado* – Distrito Federal – p. 2; *Pólo Central/Albergue - Ceará* (Projeto de Egressos/Atividades de Consciência Corporal) – Capa e diversas fotos da p. 7 a 27; *Edisca - Escola de Dança e Integração Social de Crianças e Adolescentes* – Ceará – p. 20 e 21; *Febem* – São Paulo – p. 30; *Grupo Afroreggae* – Rio de Janeiro – p.33; *CEASM - Complexo da Maré* – Rio de Janeiro – p. 35 e 37; *Se Liga, Galera!* – Distrito Federal – p. 35; *Projeto Aré* – Bahia – p. 43. • Caio Guatelli – Agência Estado – Febem (São Paulo) – p. 28. • Fotos cedidas por Gazeta do Povo, PR (p. 41 e 42) e A Tarde-BA (p. 44 e 45).

FOTOLITO
Editora Segmento

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Vox Editora

TIRAGEM
20 mil exemplares

A pesquisa *A Mídia dos Jovens* pode ser adquirida diretamente na ANDI pelo telefone (61) 322-6508 ou adm@andi.org.br com Adélia Rondon. As opiniões e análises desta pesquisa são de responsabilidade exclusiva da ANDI e dos autores dos artigos. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
SDS Ed. Boulevard Center, Bloco A, sala 101 • 70391-900 • Brasília, DF
Telefone: (61) 322-6508 e Fax: (61) 322-4973 • www.andi.org.br



Cenise Monte Vicente é mestre em Psicologia, consultora na área do direito da criança e do adolescente e sócia da Oficina de Idéias.



Izabela Moi é jornalista e assessora de comunicação do Instituto Ayrton Senna.



João Batista Saraiva é juiz de direito do Juizado Regional da Infância e Juventude de Santo Ângelo-RS e professor da Escola de Magistratura.



Margrid Sauer Oliveira é assessora de projetos da Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (Amencar) e diretora da Methodos Pesquisa e Assessoria. Socióloga com pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior.



Mário Volpi é oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, formado em Filosofia, mestre em Políticas Sociais.



Rui Nogueira é jornalista, diretor da revista República e do site Primeira Leitura.



Soleny Hamu é gerente do Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça. É economista e socióloga.



Túlio Kahn é coordenador de pesquisa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud) e doutor em Ciência Política.



Yolanda Catão é consultora do Ministério da Justiça, onde atua na Secretaria Nacional de Segurança Pública e dirige a Coordenação de Estatística e Acompanhamento das Polícias. Mestre em Sociologia.

O PROJETO BALAS PERDIDAS

*Esta edição da pesquisa **A Mídia dos Jovens** apresenta, em destaque, os resultados de Grupo de Análise de Mídia que reuniu consultores técnicos em busca de uma visão sistêmica sobre como a imprensa vem cobrindo a Violência que tem crianças e adolescentes como suas vítimas ou agentes.*

Dois universos distintos foram analisados:

- a produção das revistas e das seções e suplementos de jornais dirigidos ao público adolescente e jovem;
- o trabalho cotidiano dos 46 principais jornais brasileiros.

*Habitualmente, a presente publicação veicularia apenas as considerações relacionadas à Mídia Jovem. Mas a relevância dos dados globais estimularam a ANDI a abrir as páginas da pesquisa **A Mídia dos Jovens** para uma visão completa do comportamento da imprensa brasileira diante da Violência.*

*O Grupo de Análise de Mídia sobre o tema Violência é uma das várias ações implementadas pelo projeto **Balas Perdidas – Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência**, parceria entre a ANDI, o Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça e a Amencar, com apoio do Unicef e do Conanda. Integra as ações do projeto **A Infância e Os Jovens na Mídia**, uma realização ANDI e Instituto Ayrton Senna.*



*Publicação intitulada **Balas Perdidas**, que traz a análise integral da cobertura de Violência realizada pelos principais diários do país, pode ser solicitada à ANDI (61-322-6508 ou adm@andi.org.br) e acessada para download no site www.andi.org.br.*

balas perdidas

QUANDO A VIOLÊNCIA QUE ENVOLVE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESTÁ NO CENTRO DA PAUTA, A IMPRENSA BRASILEIRA CONTINUA TENDO DIFICULDADES DE ATINGIR O ALVO. GRUPO DE ANÁLISE DE MÍDIA REUNIDO PELA ANDI RADIOGRAFA DOIS GRAVES PROBLEMAS NA COBERTURA DO TEMA – SÃO BALAS PERDIDAS QUE FEREM FUNDO O DIREITO DO LEITOR POR UMA INFORMAÇÃO DE QUALIDADE, PLURALISTA E PROPOSITIVA:

A **MÍDIA JOVEM** OFERECE BONS EXEMPLOS DA CONTRIBUIÇÃO QUE A IMPRENSA PODER DAR AO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES ASSOCIADAS À VIOLÊNCIA, SÓ QUE O VOLUME DE REPORTAGENS É INSIGNIFICANTE – 70 TEXTOS NUM UNIVERSO DE 10.940 INSERÇÕES VEICULADAS AO LONGO DE 12 MESES.

A **COBERTURA DIÁRIA** DO TEMA PELOS 46 PRINCIPAIS JORNAIS BRASILEIROS É EXTENSIVA – 14.905 MATÉRIAS CLIPADAS NO MESMO PERÍODO. SÓ QUE APROXIMADAMENTE 80% DELAS SÃO BASEADAS NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA.

a marca do crime



Um caso de omissão?



A cobertura do tema Violência por parte das revistas e suplementos de jornais destinados ao público adolescente e jovem é, ao mesmo tempo, uma grata surpresa e uma decepção. Em síntese, é de lamentar que a qualidade do tratamento editorial revelada pela maior parte das reportagens que a Mídia Jovem veiculou no período focalizado pela presente análise não tenha sido colocada, em quantidade, a serviço da discussão desse grave problema social.



Esta é a decepção: das 31 publicações de Mídia Jovem regularmente clipadas pela ANDI, apenas 15 trabalharam diretamente o tema Violência. Pior: em 10.940 inserções referentes ao total da produção jornalística desses suplementos de jornais e revistas, durante os 12 meses analisados, foi possível encontrar apenas 70 reportagens centradas no debate de temáticas associadas à Violência.



O que causa estranheza é que essa mídia, mais reflexiva e mais bem tratada gráfica e editorialmente, não tem tido problema em abordar diversos assuntos socialmente relevantes. Ao longo dos cinco anos em que a ANDI vem desenvolvendo o projeto *Os Jovens e a Mídia*, foi possível registrar que praticamente dobrou o espaço jornalístico dedicado aos temas que contribuem para a formação cidadã do adolescente. A oitava edição da pesquisa *A Mídia dos Jovens* (disponível em www.andi.org.br), veiculada em junho/2001, discute detalhadamente os números dessa evolução, pautada pelo crescimento da cobertura de assuntos como Educação, Atualidades, Cultura, Saúde e Direitos & Justiça. Os temas considerados típicos da realidade do adolescente – pelo menos do ponto de vista mercadológico –, como lazer, entrevistas com ídolos, moda, beleza, seguem ocupando pouco mais da metade do espaço editorial da Mídia Jovem. Mas ao contrário do que era a regra geral, até

poucos anos atrás, raras são as publicações que fazem desse repertório o foco único de suas pautas.

Ainda assim, historicamente alguns temas fundamentais na preparação do adolescente para os desafios da vida contemporânea vêm encontrando sérias dificuldades em firmar presença na cobertura socialmente abrangente realizada pela Mídia Jovem. Pessoas com Deficiência, Drogas e Aids & DST, além precisamente de Violência, estão entre os assuntos que são tratados de forma intermitente e/ou negligente por parte considerável dos editores dos suplementos de jornais e revistas para adolescentes. E, conforme fica evidente nos números discutidos a seguir, quando decide bancar essas pautas mais “áridas”, boa parte desses veículos demonstra ter condição de fazê-lo com uma amplitude conceitual que faz inveja à grande maioria da produção da chamada “grande imprensa”.

MÍDIA JOVEM RANKING DA VIOLÊNCIA

MÉDIA GERAL DOS VEÍCULOS ANALISADOS:
57,3 (NUM MÁXIMO DE 100 PONTOS)

| Veículos Acima da Média Geral | | |
|-------------------------------|-----------------------------|-----------|
| Colocação | Veículos | Pontuação |
| 1º | Adolescência/O Povo, CE | 75,0 |
| 2º | Folhateen/Folha de S. Paulo | 70,8 |
| 3º | Zuêra/Correio da Bahia | 68,8 |
| 4º | For Teens/Meio Norte, PI | 66,7 |
| 5º | Tribu/A Tribuna, SP | 62,5 |
| 6º | Papo Cabeça/A Crítica, AM | 62,5 |
| 7º | Zona Teen/O Norte, PB | 62,5 |
| 8º | D+/Estado de Minas | 60,9 |
| 9º | Pop/O Popular, GO | 58,3 |
| 10º | Zep/Jornal da Divisa, SP | 57,5 |

| Veículos Abaixo da Média Geral | | |
|--------------------------------|-----------------------------|-----------|
| Colocação | Veículos | Pontuação |
| 11º | Zerou/Zero Hora, RS | 50,0 |
| 12º | Zine/A Gazeta, MT | 50,0 |
| 13º | Galera/O Estado do Maranhão | 45,8 |
| 14º | Zona Teen/A Tarde, BA | 37,5 |
| 15º | Revista Capricho | 31,3 |

INSPIRADO NOS MESMOS PARÂMETROS QUE PAUTARAM A ELABORAÇÃO DE UM RANKING RELATIVO À COBERTURA DO TEMA VIOLÊNCIA POR PARTE DOS 46 PRINCIPAIS JORNAIS DO PAÍS (VER P. 18 E 19), A ANDI APRESENTA AQUI UMA CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS DA MÍDIA JOVEM SEGUNDO INDICADORES DE QUALIDADE NO TRATAMENTO DAS QUESTÕES ASSOCIADAS À VIOLÊNCIA.

O PRINCIPAL DESTAQUE, NESTA TABELA, É O FATO DE DIVERSOS VEÍCULOS ATINGIREM MARCAS SUPERIORES A 50 PONTOS (NUM MÁXIMO DE 100), ENQUANTO O MELHOR DESEMPENHO DOS JORNAIS DA "GRANDE IMPRENSA" SE LIMITOU A 40 PONTOS.

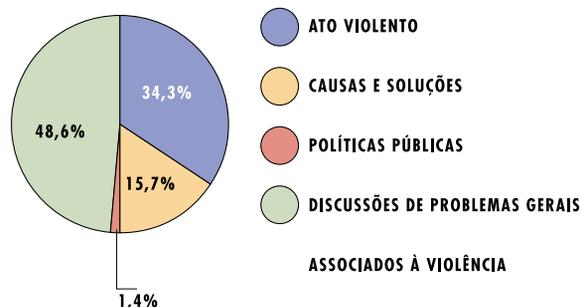
PARA MAIS DETALHES SOBRE A METODOLOGIA UTILIZADA PARA A ELABORAÇÃO DESTE RANKING, BUSQUE A P. 18.

VIOLÊNCIA – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE PERCENTUAL TEMÁTICO DE RELEVÂNCIA SOCIAL (IPT-RS)

| | |
|----------------------------|-------|
| PESQUISA 1 (MAR-ABR/97) | 9,21% |
| PESQUISA 2 (MAI-JUL/97) | 2,78% |
| PESQUISA 3 (AGO-OUT/97) | 3,22% |
| PESQUISA 4 (NOV/97-ABR/98) | 2,66% |
| PESQUISA 5 (ABR-OUT/98) | 3,34% |
| PESQUISA 6 (NOV/98-ABR/99) | 4,13% |
| PESQUISA 7 (JAN-DEZ/99) | 5,17% |
| PESQUISA 8 (JAN-DEZ/00) | 2,67% |

CALCULADO DIVIDINDO O NÚMERO DE MATÉRIAS DE VIOLÊNCIA PUBLICADAS NO PERÍODO COBERTO POR UMA DETERMINADA EDIÇÃO DA PESQUISA A MÉDIA DOS JOVENS PELO TOTAL DE REPORTAGENS SOBRE TEMÁTICAS SOCIALMENTE RELEVANTES COMPUTADAS NO MESMO PERÍODO, ESSE ÍNDICE PERCENTUAL TEMÁTICO DE RELEVÂNCIA SOCIAL (IPT-RS) APRESENTA AQUI COMPORTAMENTO INSTÁVEL, COM TENDÊNCIA FORTE DE QUEDA – O QUE ATESTA A DIFICULDADE DA MÍDIA JOVEM EM INTEGRAR AS QUESTÕES RELACIONADAS À VIOLÊNCIA À SUA PAUTA PRIORITÁRIA.

CONFIGURAÇÃO GERAL DA COBERTURA DE VIOLÊNCIA



PROBLEMAS GERAIS ASSOCIADOS À VIOLÊNCIA

TOTAL: 48,6% DAS REPORTAGENS ANALISADAS

| | |
|---|-------|
| DIREITOS HUMANOS | 1,4% |
| ÂÇÕES PREVENTIVAS (EMPREGO, DESARMAMENTO, ETC) | 1,4% |
| REPRESSÃO A ADOLESCENTES INFRATORES | 1,4% |
| MÍDIA COMO AGENTE ESTIMULADOR DA VIOLÊNCIA | 1,4% |
| VIOLÊNCIA URBANA (FOCADA SOBRE BAIROS, PERIFERIAS, ETC) | 1,4% |
| DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 2,9% |
| APRESENTAÇÃO/DISCUSSÃO DE ESTATÍSTICA SOBRE VIOLÊNCIA | 4,3% |
| BOMBAS EM COLÉGIOS | 4,3% |
| PROJETOS SOCIAIS PROTAGONIZADOS POR JOVENS | 5,7% |
| MOBILIZAÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA | 5,7% |
| AUMENTO DA VIOLÊNCIA | 8,6% |
| OUTROS | 10,0% |

AS FONTES E A INTIMIDADE DA VIOLÊNCIA

Esses suplementos de jornais e revistas exercitam um padrão de reportagem que beira, em certos casos, a excelência. Quanto às fontes, por exemplo. Ao analisar-se a tabela ao lado, é fácil verificar um procedimento que seria desejável para toda a mídia brasileira: a polícia (7,1%) deixa de ser o ator mais ouvido e cede lugar aos especialistas (17,1%), aos jovens (12,2%) e às organizações da sociedade civil (8,2%).

Ganham voz também fontes como o Executivo e as universidades – em que pese o fato de os Legislativos e os Conselhos não serem procurados, o que é condizente com o debate pífio sobre Políticas Públicas.

Tirando os Poderes Executivo e Legislativo, as delegacias, as testemunhas dos crimes, as vítimas e os agressores (e respectivas famílias), as fontes alternativas de informações para compor as reportagens da Mídia Jovem representam 50% do total dos atores ouvidos, destacando-se especialistas, Unicef, fundações, universidades, professores, empresas não-estatais, Judiciário, etc.

Como na pesquisa sobre a cobertura da Violência realizada pelos 46 principais diários do País (discutida a partir da p. 16 da presente publicação), a morte aparece nestes suplementos e revistas em casos de homicídio (17,9%) e suicídio (3,6%). Os crimes sexuais correspondem a 21,4% das reportagens (estupro, assédio e abuso) e o que se pode chamar de violência sem morte (maus tratos e espancamentos, tortura, roubos, sequestros relâmpago, acidentes de trânsito) a 28,6%.

A Violência apresenta aqui o mesmo grau de "intimidade" que no outro universo pesquisado pelo projeto **Balas Perdidas**: tanto pelos locais (37,5% dos casos ocorrem em casa, na residência de outras pessoas ou na escola) quanto pelo relacionamento entre agressor e vítima (50% dos agressores conheciam as vítimas "de vista", eram parentes ou tinham alguma relação afetiva).

Na pauta diversificada de temas da Mídia Jovem, há um reparo a fazer: escreve-se pouco sobre a violência intrafamiliar. Das reportagens analisadas, apenas nove têm relação com a violência doméstica, duas referem-se a casos de violência sexual e quatro são casos de violência física. Somente uma trata da "violência que vem de casa", demonstração de que a questão da violência doméstica é retratada de forma tímida pela mídia.

O papel da imprensa no caso desse tipo de Violência é de romper com preconceitos e mitos e apontar caminhos para quem precisa de ajuda. E deve ser buscado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, o encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e jovens.

| FONTES CONSULTADAS | |
|--|-------|
| EXECUTIVO FEDERAL | 2,0% |
| EXECUTIVO ESTADUAL | 6,1% |
| EXECUTIVO MUNICIPAL | 1,0% |
| JUDICIÁRIO | 1,0% |
| MINISTÉRIO PÚBLICO | 2,0% |
| ESPECIALISTAS | 17,3% |
| UNICEF | 1,0% |
| ORGANISMOS INTERNACIONAIS | 1,0% |
| POLÍCIA | 7,1% |
| UNIVERSIDADES | 4,1% |
| ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL | 8,2% |
| FUNDAÇÕES | 1,0% |
| ASSOCIAÇÕES | 2,0% |
| EMPRESAS (NÃO ESTATAIS) | 1,0% |
| PROFESSORES (EXCETO UNIVERSITÁRIOS) | 3,1% |
| VÍTIMAS | 8,2% |
| TESTEMUNHAS | 2,0% |
| ADOLESCENTES | 12,2% |
| FAMILIARES DO AGRESSOR | 1,0% |
| FAMILIARES DA VÍTIMA | 1,0% |
| NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR AS FONTES CONSULTADAS | 17,7% |



QUANDO O LAR NÃO É SEGURO

MARGRID SAUER OLIVEIRA *

"A maior tragédia dessa história é que as crianças confiam nos adultos" (Eliane Brum – Jornalista)

Os suplementos de jornais e revistas direcionados aos adolescentes e jovens deveriam contribuir para esclarecer que a questão da violência doméstica é mais séria do que se imagina. Abordar com clareza e com seriedade esse tema possibilita que, ao identificar-se com o problema, o jovem ou o adulto possam buscar ajuda para a sua

resolução. E é importante ter em mente que os casos de violência doméstica não se reduzem ao abuso sexual nem ao espancamento.

As principais formas de abuso envolvem, além da violência física e sexual (retratadas com maior frequência pela mídia), a psicológica e a negligência. A palavra abuso é utilizada para definir uma forma de Violência contra crianças e adolescentes, repetitiva e intencional, na qual alguém geralmente próximo à criança usa do poder e/ou da força física para envolvê-la em atos para os quais ela não está apta seja de forma biológica, seja psicológica, seja cultural. Nos depoimentos de

adolescentes que são vítimas da violência doméstica, a forma mais traumática de violência – porque marca pessoas em desenvolvimento – é o sentimento de culpa associado à toda carga de sofrimento. O que é pior: um sentimento que aceita essa violência como parte da vida de outros jovens. Para romper com esses mitos, é preciso esclarecer que a "surra" não faz parte do dia-a-dia das pessoas, e que, quando acontece, é sinal de que algo está errado.

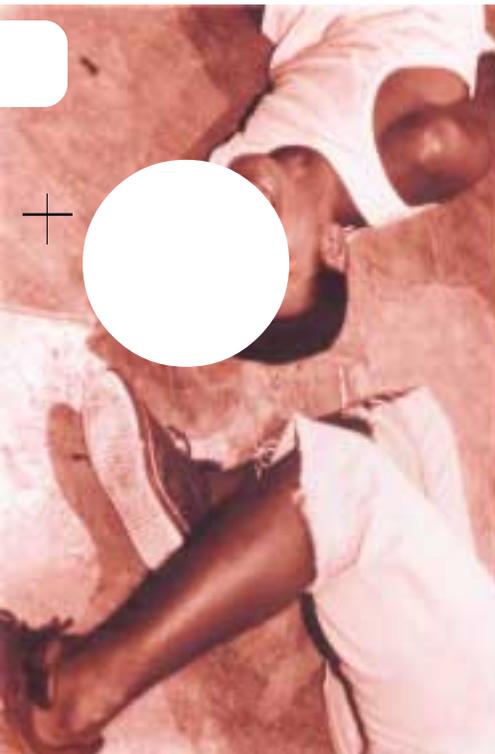
Merece destaque, ainda, o fato de que são muitos os mitos e preconceitos que envolvem a violência intrafamiliar. Entre eles, o de que a violência está restrita

a classes mais pobres – das reportagens analisadas, apenas uma faz referência à violência intrafamiliar na classe média.

* SOCIOLOGA, ASSESSORA DE PROJETOS DA AMENCAR, RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO DO LIVRO **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA** (WWW.AMENCAR.ORG.BR).



Galera/O Estado do Maranhão
07/04/01



POR QUE O JOVEM DEVE LER SOBRE VIOLÊNCIA?

Por estarem em suplementos, seções e revistas que falam para jovens, adolescentes e respectivas famílias – fora do cotidiano das páginas policiais que ainda acolhem a maior parte das reportagens sobre Violência veiculadas diariamente nos jornais brasileiros – essas matérias que não tratam o tema como simples "casos de polícia" deveriam funcionar para conquistar as classes média e alta para o assunto. Cenise Monte Vicente, mestre em Psicologia, integrante da Oficina de Idéias e uma das consultoras do projeto **Balas Perdidas**, resume assim a importância de os jovens e adolescentes lerem esse noticiário sobre Violência:

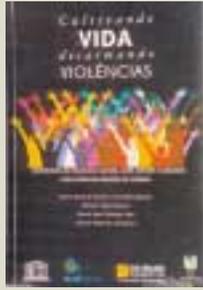
- Eles passam a conhecer o mundo para além dos espaços de segregação, shopping centers, escolas particulares e condomínios;
- Passam a conhecer a realidade nacional e se capacitam para participação crítica no

debate, o que pode gerar uma solidariedade operante;

- Permite que a juventude tenha como metas a convivência, a justiça e a paz;
- Possibilita evitar soluções segregacionistas e que eles conheçam as respostas à Violência fundadas no direito, nos dispositivos democráticos e tenham uma compreensão melhor sobre o que são os direitos humanos.

É esse conhecimento de mundo pelos jovens das classes média e alta, e com acesso à mídia, que permite mobilizá-los para ações de protagonismo em que, diz o oficial de Projetos do Unicef, Mário Volpi, têm condições de se envolver "em processos organizativos, educativos, artísticos, culturais e esportivos". O resultado prático disso, segundo Volpi, é que esses projetos são "uma solução mais duradoura para enfrentar a questão da violência".

A UNESCO PELA PAZ



RADIOGRAFANDO A JUVENTUDE

Mais importante do que identificar a violência em uma sociedade é descobrir formas de combatê-la. A situação é ainda mais grave quando a violência atinge jovens e crianças, que são o futuro dos países, os futuros cidadãos, os futuros profissionais. É com essa preocupação que a *Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* no Brasil trabalha incansavelmente pesquisando as origens da violência juvenil. Por acreditar que, conhecendo as causas, teremos chances de encontrar saídas para uma situação que compromete a vida de todos nós. "Os estudos e pesquisas da Unesco fazem parte de uma cadeia civilizatória que aposta na paz e no cultivo de valores ético-humanistas, contra o desencanto do mundo e a destruição de vidas juvenis por drogas, envolvimento com o tráfico, intolerância e discriminação", explica o Representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein. Nos últimos anos, a organização tem investido muito em estudos sobre a juventude. Essa atenção maior com o tema começou em 1997, com a morte do índio Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo por jovens em pleno ponto de ônibus da W 3 Sul, em Brasília. Dessa época até hoje, as indagações sobre a violência e suas múltiplas formas de manifestação, em especial junto aos jovens, fazem parte da linha de pesquisa da Unesco no Brasil. Até então, acreditava-se que a violência era resultado direto da miséria. Então como um grupo de jovens de classe média e alta foi capaz de tal atrocidade?

AS PESQUISAS

A coleção de livros com os resultados das pesquisas sobre violência e juventude que a Unesco vem desenvolvendo em diversas regiões do País constitui preciosa fonte de informação para os jornalistas e todos os atores sociais envolvidos com o universo da adolescência. Dados sobre os livros podem ser obtidos no site www.unesco.org.br, em "Publicações". Pelo site, pode-se visualizar as capas dos livros, baixar o conteúdo de alguns deles e também efetuar compras.

Pesquisas publicadas:

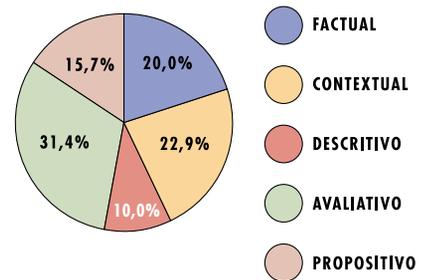
- *Juventude, Violência e Cidadania: os Jovens de Brasília*
- *Mapa da Violência: Juventude, Violência e Cidadania*
- *Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro*
- *Os Jovens de Curitiba: Esperanças e Desencantos*
- *Ligado na Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade de Fortaleza*
- *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: Juventude, Violência e Cidadania na Periferia de Brasília*
- *Mapa da Violência II: os Jovens do Brasil*
- *Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz*
- *Escolas de Paz*
- *Avaliação das Ações de Prevenção às DST/ Aids e Uso Indevido de Drogas nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio*
- *Cultivando Vida, Desarmando Violências*

MUITO ALÉM DO FACTUAL

É importante destacar que na Mídia Jovem o ato violento específico não corresponde à maior parte da cobertura (34,3%), ao contrário das reportagens veiculadas nos cadernos principais dos jornais (80%).

Mais relevante que isso: aqui, as discussões gerais sobre temas relacionados à Violência compõem o grosso das reflexões (48,6%). Somadas às reportagens que discutem "causas e soluções" (15,7%) e às que debatem "Políticas Públicas" (1,4%), as matérias fora da descrição pura e simples do ato violento perfazem 65,7% do total publicado pela Mídia Jovem sobre as temáticas relativas à Violência. Isso é claramente uma consequência da menor quantidade de reportagens ditas "puramente informativas" (74,3%) contra mais de 95% na mídia cotidiana. O restante é dedicado a discussões mais aprofundadas, com um número considerável de matérias avaliativas e positivas (47,1%).

NÍVEL DE ABORDAGEM



O PROTAGONISMO ENQUANTO SOLUÇÃO

MÁRIO VOLPI*

Duas visões reducionistas e extremas são mais frequentes em relação à cobertura jornalística sobre a Violência envolvendo adolescentes. De um lado, há a apresentação do adolescente enquanto vítima indefesa em relação a seu agressor ou então enquanto vítima de um processo de exclusão social ou até mesmo da sua incapacidade e limitação. De outro, ele é apresentado como um agressor incorrigível, capaz de transcender os limites da civilidade, o que o converte num criminoso contumaz. Em ambas visões, a idéia de um sujeito com vontades, desejos, capacidades e possibilidades fica obscurecida pelo fato delituoso, que passa a ter mais importância

que toda sua história de vida. Entretanto, já são significativas as reportagens que começam a vencer a tentação desta análise simplista e incluem nos textos a apresentação de soluções comunitárias para o problema da violência. As melhores soluções apresentadas são aquelas em que os adolescentes aparecem como protagonistas de processos organizativos educativos, artísticos, culturais e esportivos. A característica gregária do adolescente, sua capacidade crítica e criativa ficam evidentes nos projetos apresentados e demonstraram que a criação de espaços comunitários com estas características representa uma solução mais duradoura para as questões associadas à violência. É impressionante como se espalharam por todo o País nos últimos anos iniciativas em que os próprios adolescentes convertem-

se em atores sociais responsáveis por gerar alternativas de convivência, educação e socialização, seja organizando-se para montar uma peça teatral, editar um jornal, criar equipes de esportes, formar grupos populares de dança e grupos musicais – e até mesmo para debater acerca dos seus direitos, organizar grêmios estudantis, participar de associações de moradores e de movimentos por reconhecimento e respeito à sua etnia e raça. Não é exagerado afirmar que há mais adolescentes envolvidos em ações para melhorar a sociedade do que adolescentes envolvidos em delitos. A imprensa, mesmo timidamente, começa a perceber esta mudança. O Estado e a sociedade também precisam percebê-los, valorizá-los, dar-lhes oportunidades e tratá-los como sujeitos, vencendo a tentação da sua simples vitimização ou criminalização.

* OFICIAL DE PROJETOS, UNICEF/BRASIL

TIPO DE MATÉRIA

| | |
|---|-------|
| INFORMATIVA – REPORTAGEM | 74,3% |
| OPINIÃO – ARTIGOS ASSINADOS | 11,4% |
| OPINIÃO – COLUNAS OU NOTAS DE COLUNAS | 1,4% |
| OPINIÃO – EDITORIAIS | 1,4% |
| OPINIÃO – JOVENS ANALISANDO A VIOLÊNCIA | 4,3% |
| OPINIÃO – OUTROS | 1,4% |
| ENTREVISTA – ESPECIALISTA | 1,4% |
| ENTREVISTA – VÍTIMAS | 4,3% |



APESAR DE ELEVADO (74,3%), O ÍNDICE DE REPORTAGENS PURAMENTE INFORMATIVAS VEICULADAS PELA MÍDIA JOVEM É BEM INFERIOR AOS 95% REGISTRADOS NA PESQUISA REALIZADA NO UNIVERSO DOS 46 PRINCIPAIS JORNAIS DIÁRIOS DO PAÍS.



CONVIDANDO A UM DEBATE DE MAIOR AMPLITUDE

A prova de que as publicações de Mídia Jovem e seus jornalistas têm uma pauta menos voltada para a descrição dos crimes e mais preocupada em discutir a Violência como fenômeno social está no fato de que até mesmo dentro do universo dos 34,3% das reportagens centradas no relato do ato violento, 37,5% dessas matérias vêm acompanhadas de alguma discussão sobre causas mais gerais da Violência e 30% delas apresentam algum tipo de solução. O sensacionalismo está, igualmente, menos presente. Apenas 2,9% dos textos oferecem uma descrição minuciosa dos corpos das vítimas, 10% (número ainda alto) procuram chocar o leitor e nenhuma delas, direta ou indiretamente, aponta nomes e/ou características que permitam identificar adolescentes agressores envolvidos com os atos descritos.

HOMEM ARMADO E SEM POLÍTICAS PÚBLICAS

O pior aspecto da cobertura de Violência realizada pelos veículos que compõem a Mídia Jovem – inferior inclusive ao desempenho registrado pelos jornais diários – é o tratamento do setor de Políticas Públicas. Apenas 1,4% das reportagens trataram dessas ações – ou de sua ausência no processo de enfrentamento da Violência que envolve o adolescente. Este é certamente um fator de preocupação, visto que as Políticas Públicas que necessitam ser direcionadas aos adolescentes e jovens são bem diferentes daquelas voltadas contra a Violência em geral. Basta lembrar que esse segmento populacional se destaca na relação de vítimas preferenciais nas estatísticas de acidentes de trânsito e homicídios.

Vale sublinhar, ainda, que a Violência atinge igualmente adolescente e jovens de ambos os sexos, mas o agressor é quase sempre um homem (86,7%), portador de uma arma de fogo (43,5%) contra apenas 13,3% de mulheres agressoras. A Mídia Jovem, mesmo mais contextualizada e investindo na reflexão sobre causas e soluções, ainda tem os casos de homicídio como mote preferencial das reportagens. Isso reforça os mitos da hiperdimensão da delinquência e da periculosidade juvenis. Não se propõe aqui que a Violência não seja discutida na Mídia Jovem. Pelo contrário – e foi isso o que se apontou como decepcionante na abertura desta análise, ao pedir que o assunto não seja tratado de forma intermitente. O que se quer é que as temáticas associadas à Violência não fiquem restritas ao homicídio como fato gerador da reportagem (17,9%).



A realidade, os surtos imaginários e o atalho da satisfação política da opinião pública



NÃO É O QUE PARECE

• TÚLIO KAHN

As noções das pessoas sobre criminalidade nem sempre correspondem à realidade, pois são em grande parte influenciadas pela forma como os meios de comunicação tratam o tema. Existe geralmente uma distorção na percepção da população sobre criminosos e criminalidade, causada, entre outros fatores, pelo preconceito social, pela ênfase da mídia em certos tipos de crimes de interesse jornalístico, pelo contato com filmes e livros de ficção sobre o tema, pela exploração política do tema da segurança pública ou ainda por simples desinformação. Estes e outros fatores fazem com que a percepção popular do crime guarde freqüentemente pouca relação com a realidade. Alguns exemplos corriqueiros de distorções:

- Negros e migrantes são superestimados na população carcerária e entre os grupos criminosos;
- Crimes violentos e contra a pessoa são superestimados com relação ao seu montante;
- Os "índices de criminalidade" são sempre percebidos numa espiral ascendente, jamais descendente;
- Porcentagem de jovens envolvidos nos crimes é superestimada, assim como os crimes por eles cometidos são apresentados como mais graves do que realmente são;
- Porcentagem de crimes cometidos sob a influência de drogas é superestimada;
- Violência doméstica é subestimada.



ONDE MORA O PERIGO

A lista é longa e tais distorções não são acidentais. A questão fica mais clara quando observamos não só a magnitude, mas também o "sentido" da distorção, isto é, se ela é subestimada ou superestimada. Não é casual que os grupos de status negativamente privilegiados – negros, migrantes, desempregados, dependentes de drogas, jovens – tenham sua participação nos crimes, invariavelmente, superestimada. Os crimes domésticos são camuflados e os cometidos por pessoas "de fora" são evidenciados porque vão contra a noção corrente de que o perigo vem dos outros e não de nós mesmos.

É difícil aceitar que nossos familiares correm muitas vezes mais perigo em casa do que na rua. Os meios de comunicação não estão imunes a tais distorções, convertendo-se involuntariamente em fator de reforço. Estas distorções, no sentido de superestimar crimes violentos, organizados e certo tipo de criminosos ou circunstâncias do crime, são compartilhadas também por políticos e membros das forças policiais e, não raramente, acabam se refletindo em Políticas Públicas igualmente distorcidas.

POR SOLUÇÕES EFICAZES

São exemplos destes equívocos:

- Orientações para tratar com maior rigor os negros e migrantes;
- Criação de grupos especiais anti-sequestro;
- Leis mais repressivas contra usuários de drogas ou contra crianças e adolescentes, quando, na realidade, a sociedade está mais carente de instituições para lidar com a violência doméstica ou com batedores de carteira.

É preciso adequar as Políticas Públicas à realidade do crime.

Propostas como as que deram origem aos "crimes hediondos", que desrespeitam garantias e direitos clássicos dos envolvidos, surgiram, quase sempre, após um surto de exposição de casos ou incidentes simbólicos relatados pela mídia, surtos por vezes imaginários, ao invés de surgirem da reflexão sobre tendências reais da criminalidade. Propostas de introdução da pena de morte, redução da maioridade legal e outras medidas repressivas surgem no bojo destas conjunturas, no calor da hora, para dar uma satisfação à opinião pública, quando as soluções para o problema deveriam estar calcadas no debate criminológico e na penologia modernos.

Por isso é necessário sempre analisar e ponderar aquilo que a mídia apresenta como a realidade do crime, mas que é sempre uma seleção, em última instância, mais ou menos próxima da realidade do crime.

* DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA E COORDENADOR DE PESQUISA DO ILANUD.



PRÊMIO SÓCIO-EDUCANDO

Destacar experiências bem-sucedidas de aplicação das medidas sócio-educativas junto aos jovens infratores, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é o objetivo do *Prêmio Sócio-Educando*. Desde 1998, o prêmio reconhece profissionais na área do Sistema de Justiça – juizes, promotores, advogados, centros de defesa da criança e do adolescente, grupos de apoio dentro do Poder Judiciário, além de entidades governamentais e não governamentais que propõem e acompanham a aplicação e execução das medidas.

Participam também entidades governamentais e não governamentais responsáveis pela execução das medidas sócio-educativas, instituições responsáveis pela fiscalização do cumprimento das medidas; equipes interdisciplinares de acompanhamento da execução das medidas, e de programas de execução das medidas de internação promovidos por governos de estado.

O *Prêmio Sócio-Educando* é uma iniciativa do Unicef, Ilanud, ANDI e Fundação Educar Dpaschoal, contando com o patrocínio do BNDES e apoio institucional do Supremo Tribunal Federal e da ABMP – Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude.

- ★ A terceira edição do Prêmio está prevista para 2002.
- ★ *Informações e inscrições: Secretaria Executiva do Ilanud (socioeducando@uol.com.br).*
- ★ Para conhecer experiências exitosas de aplicação de medidas sócio-educativas navegue em www.andi.org.br. Clique em Banco de Projetos Sociais.





Um caso de polícia

+

Uma primeira leitura dos dados sobre o comportamento da chamada "grande imprensa" mostra que os jornais seguem evoluindo na forma com que constróem suas reportagens, mas ainda estão bastante longe de serem parceiros da sociedade no enfrentamento da Violência que tem as crianças e adolescentes como suas vítimas e agentes.

O grande problema radiografado pelo Grupo de Análise de Mídia do projeto **Balas Perdidas** está no fato de que a maioria esmagadora das reportagens analisadas – 80% – é produzida a partir dos Boletins de Ocorrência (BOs) das delegacias. Vale lembrar: os textos foram clipados a partir da produção diária dos 46 principais jornais do País.

+



A grande imprensa relata a Violência, descreve personagens com os dados dos BOs, mas não avança nas soluções. Quando muito, descreve suas causas pela "razão da delegacia" e a "boca do delegado", as duas grandes fontes de informação dos jornalistas. Comparativamente, as reportagens de política e economia expõem as boas e as más intenções dos governantes e promovem correções não raro radicais. A Violência envolvendo crianças e adolescentes, nessa mesma imprensa, em geral esgota-se como um caso de polícia. Nessas reportagens constata-se a ausência do histórico, o "pré" da causa – que ajuda a explicar os motivos da violência –, e o "pós" da solução. Raramente é cobrada a presença do Poder Público e é denunciada a ausência de Políticas Públicas. O fato violento com crianças e adolescentes apresenta-se como

descrição de delito, desfocado da conflitualidade que o engendrou. Os BOs, que são apenas e tão somente o registro inicial para a abertura de um processo, aparecem descritos como "a verdade" e, freqüentemente, reproduzidos nas reportagens como se fossem praticamente sentenças judiciais.

FALTA DE OPINIÃO

Neste quadro, o noticiário sobre as crianças e adolescentes como agentes e vítimas da Violência pode ser percebido como diante de uma encruzilhada.

O grande volume de matérias analisadas surpreende pela falta de compromisso social de quem as produziu e de quem as publicou. Ao contrário do que acontece com outros

Exploração e Abuso Sexual

temas relacionados à infância e à juventude nesses mesmos veículos, o noticiário em torno da Violência raramente faz acompanhar a denúncia do necessário debate sobre suas possíveis soluções.

Quando o assunto é a Violência envolvendo crianças e adolescentes, a notícia chega ao leitor menos pelas mãos das editorias relacionadas às Políticas Públicas e mais pelo espírito das editorias de polícia – mesmo quando ela não mais existe formalmente nas redações. Registre-se, no entanto, o fato, comprovado por esta publicação e por várias edições de pesquisas realizadas pela ANDI, de que quanto menos os assuntos são tratados pelas editorias de polícia melhores são as reportagens quanto à qualidade das abordagens.

O descompasso entre as temáticas – política, economia, Políticas Públicas, etc – aparece no tipo de reportagens que tratam da Violência que envolve crianças e adolescentes. Exatos 96% das reportagens são informativas e apenas 3,1% são estritamente opinativas. Pela constância das pautas, dá para dizer que a violência é assunto prioritário na agenda da imprensa, mas a reflexão opinativa, aquela em que os jornais e revistas tomam posição em assuntos que consideram de relevância nacional, correspondem a apenas esses 3,1% do total de matérias aqui analisadas pela ANDI.

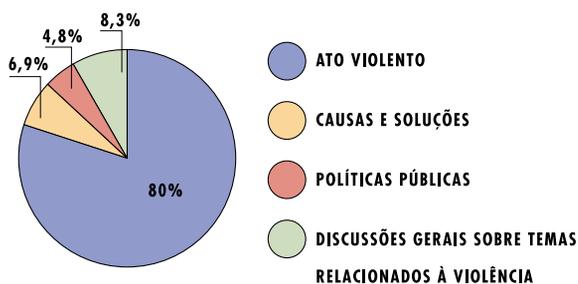
Entre os temas relativos à infância e adolescência, um dos mais delicados e complexos é o que se refere ao abuso e exploração sexual. No Brasil, a mídia impressa começa a romper um antigo pacto de silêncio: em 2000, “Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” passou a ocupar o sexto lugar no ranking das questões mais abordadas pelos 50 principais jornais do País.

O desafio agora é aproximar os jornalistas e as fontes/atores sociais que atuam nesta área, para que o tema possa receber tratamento cada vez mais qualificado. É importante, também, que os projetos que já vem atuando nesse setor sejam conhecidos e procurados pela sociedade. Para alcançar estes objetivos, a ANDI e outras cinco agências que integram a Rede ANDI – Auçuba (PE), Cipó (BA), Ciranda (PR), Oficina de Imagens (MG) e Uga-Uga (AM) – uniram-se ao Instituto WCF-Brasil, com apoio do Instituto Ayrton Senna e do Unicef.

Consultores na área e jornalistas formaram *Grupo de Análise de Mídia* para avaliar o tratamento dado ao assunto em cerca de mil reportagens publicadas ao longo de 18 meses (de janeiro de 2000 a junho de 2001), em todo o País. Numa segunda fase, são realizadas Oficinas de Interação – grupos de 20 pessoas, entre jornalistas, atores sociais e consultores – nos cinco estados em que atuam estas agências da Rede ANDI, para discutir os dados nacionais e regionais, e para construir um documento com recomendações para a imprensa e para as fontes.

Os resultados deste trabalho serão publicados nas pesquisas regionais das agências da Rede ANDI e na 12ª edição da pesquisa *Infância na Mídia* (realizada pela ANDI e Instituto Ayrton Senna, com apoio do Unicef), em março de 2002.

CONFIGURAÇÃO GERAL DA COBERTURA FOCO CENTRAL DA MATÉRIA



Estado de Minas - 06/03/01



Zero Hora-RS - 03/05/01

O Ranking da Violência na Mídia

Durante os 12 meses compreendidos entre o segundo semestre de 2000 e o primeiro semestre de 2001, 46 jornais de 24 estados brasileiros pesquisados pela ANDI produziram um volume de 14.905 inserções pautadas pela temática Violência. A amostragem utilizada pelo *Grupo de Análise de Mídia* do projeto *Balas Perdidas* – selecionada segundo a metodologia do mês composto – reuniu um total de 1.140 matérias.

Indicadores de comportamento editorial

Pautado nas análises desenvolvidas sobre os eixos temáticos desta pesquisa, foi elaborado pela ANDI um *ranking* dos veículos, a partir de indicadores relativos à forma como realizam a cobertura das temáticas associadas à Violência que envolve crianças e adolescentes. A intenção da ANDI e de seus parceiros, ao desenvolver este *ranking*, é indicar caminhos que possam conduzir a uma melhoria substantiva no tratamento jornalístico para o tema da Violência.

É importante aqui lembrar que a metodologia do mês composto, apesar de sua comprovada eficácia estatística, pode eventualmente imprimir alguma distorção aos dados referentes à cobertura realizada por um determinado jornal.

Metodologia do ranking

Foram escolhidas dez variáveis analisadas no bojo da pesquisa para compor o *ranking* aqui apresentado. A todas elas foi atribuída uma nota 10 quando sua presença ou ausência era, em nosso entender, benéfica à qualidade da cobertura, e uma nota 0 na hipótese oposta.

Entre os critérios escolhidos, destacam-se: cobrir crime exclusivamente, focalizar causas e/ou soluções para a Violência, o apelo ao sensacionalismo, o uso de fontes policiais e outras fontes (especialistas, conselhos tutelares e de direitos, crianças e adolescentes), a discussão de Políticas Públicas estatais.*

MÉDIA GERAL DOS VEÍCULOS ANALISADOS:
30 (NUM MÁXIMO DE 100 PONTOS)

| VEÍCULOS ACIMA DA MÉDIA GERAL | | | | |
|-------------------------------|----------------------|----|-----------|---------------------|
| Colocação | Jornais | UF | Pontuação | Editoria de Polícia |
| 1º | Jornal do Tocantins | TO | 39,1 | Não |
| 2º | O Globo | RJ | 38,5 | Não |
| 3º | Folha de S. Paulo | SP | 38,2 | Não |
| 4º | Gazeta do Povo | PR | 35,0 | Não |
| 5º | Meio Norte | PI | 35,0 | Sim |
| 6º | A Gazeta | MT | 34,8 | Sim |
| 7º | Jornal do Brasil | RJ | 34,7 | Não |
| 8º | O Dia | PI | 34,2 | Sim |
| 9º | O Norte | PB | 33,8 | Sim |
| 10º | Diário de Pernambuco | PE | 33,0 | Sim |
| 11º | A Crítica | AM | 32,6 | Sim |
| 12º | O Povo | CE | 32,6 | Não |
| 13º | Estado de Minas | MG | 32,5 | Sim |
| 14º | Correio Braziliense | DF | 32,3 | Não |
| 15º | O Estado de S. Paulo | SP | 31,9 | Não |
| 16º | O Dia | RJ | 31,9 | Sim |
| 17º | Zero Hora | RS | 31,8 | Sim |
| 18º | Diário da Amazônia | RO | 31,0 | Sim |
| 19º | Jornal de Brasília | DF | 30,9 | Sim |
| 20º | Jornal do Commercio | PE | 30,7 | Não |
| 21º | A Gazeta | AC | 30,6 | Sim |
| 22º | A Gazeta | ES | 30,0 | Sim |

VEÍCULOS ABAIXO DA MÉDIA GERAL

| Colocação | Jornais | UF | Pontuação | Editoria de Polícia |
|-----------|----------------------|----|-----------|---------------------|
| 23° | Tribuna do Norte | RN | 29,4 | Sim |
| 24° | A Notícia | SC | 29,3 | Sim |
| 25° | Hoje em Dia | MG | 29,1 | Não |
| 26° | Correio Popular | SP | 28,9 | Não |
| 27° | A Tarde | BA | 28,8 | Sim |
| 28° | Correio da Paraíba | PB | 28,5 | Não |
| 29° | O Estadão | RO | 28,1 | Sim |
| 30° | Folha do Estado | MT | 27,7 | Sim |
| 31° | O Popular | GO | 27,7 | Sim |
| 32° | Jornal da Tarde | SP | 27,3 | Sim |
| 33° | O Imparcial | MA | 27,0 | Não |
| 34° | Diário Catarinense | SC | 26,9 | Sim |
| 35° | O Estado do Maranhão | MA | 26,8 | Sim |
| 36° | Diário da Tarde | MG | 26,4 | Sim |
| 37° | Diário do Pará | PA | 26,1 | Sim |
| 38° | Diário de Cuiabá | MT | 25,8 | Sim |
| 39° | Diário Popular | SP | 25,5 | Sim |
| 40° | O Liberal | PA | 25,1 | Sim |
| 41° | Correio da Bahia | BA | 24,8 | Sim |
| 42° | Diário do Nordeste | CE | 24,7 | Sim |
| 43° | Gazeta de Alagoas | AL | 24,6 | Sim |
| 44° | Tribuna da Bahia | BA | 24,2 | Sim |
| 45° | Tribuna de Alagoas | AL | 20,0 | Sim |

A MÉDIA GERAL BASTANTE REDUZIDA (30 PONTOS NUM MÁXIMO DE 100) E O MELHOR DESEMPENHO ENTRE OS 45 VEÍCULOS ANALISADOS ALCANÇANDO MENOS DE 40 PONTOS SÃO O PERFEITO RETRATO DOS LIMITES QUE A IMPRENSA BRASILEIRA VÊM ENCONTRANDO AO COBRIR A VIOLÊNCIA ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO VÍTIMAS OU AGRESSORES.

É SIGNIFICATIVA A INFORMAÇÃO DE QUE A MAIORIA DOS JORNAIS – E ESPECIALMENTE AQUELES QUE SE ENCONTRAM ENTRE OS “ABAIXO DA MÉDIA GERAL” – CONTINUEM MANTENDO EM SEU PROJETO EDITORIAL O VELHO FORMATO DAS EDITORIAS, PÁGINAS OU COLUNAS DE POLÍCIA, OU AINDA A FIGURA DO REPÓRTER SETORISTA.

Descrição completa da metodologia do ranking pode ser encontrada na publicação **Balas Perdidas, editada pela ANDI em parceria com o Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça e a Amencar, com apoio do Instituto Ayrton Senna, Unicef e Conanda. A publicação também está disponível para download no site da ANDI: www.andi.org.br.*

*Por decisões metodológicas da ANDI em relação às “retrancas” que regularmente compõem o sistema de classificação da pesquisa Infância na Mídia (publicada semestralmente pela ANDI em aliança com o Instituto Ayrton Senna e com apoio do Unicef), alguns tipos de Violência não fazem parte do recorte analisado pelo projeto **Balas Perdidas**. Entre as violências diretas, aparecem trabalho infantil e violência, exploração e abuso sexual, e mais todas as indiretas (mortalidade infantil, falta de escolas, etc.).*

Foi excluído deste ranking o Diário de Natal. O jornal contava com menos de 0,6% das reportagens selecionadas para o mês composto analisado pelos consultores convidados pela ANDI em Brasília, o que inviabilizava a precisão estatística exigida.

A margem de erro da presente pesquisa é 0,4% pontos percentuais para mais ou para menos, número que foi obtido após as diversas checagens das diferentes etapas do processo de produção dos resultados.

SEM PODER PÚBLICO, SEM POLÍTICAS PÚBLICAS, SEM LEI

O termômetro da ausência ou pobreza na contextualização das reportagens, às vezes indignância jornalística pura e simples, está no fato de que míseros 5,2% das reportagens pesquisadas trabalham as soluções possíveis para os problemas descritos. Os demais 80% dos textos que chegam aos leitores diariamente são "casos de polícia", sem soluções ou cobrança da responsabilidade do Poder Público. Apenas 2,5% das reportagens fazem menção à ordem legislativa. A Constituição foi citada uma única vez e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aparece em 0,8% das matérias do universo pesquisado.

É fundamental, aqui, lembrar que o ECA estabelece um sistema de garantias e direitos em três níveis. Esse sistema supõe uma ação do Estado que priorize de forma absoluta a criança e o adolescente (art. 227 da Constituição Federal), com o estabelecimento de Políticas Públicas efetivas e eficazes. Mas a imprensa preocupa-se pouco em confrontar o que define a legislação com a realidade, assim como em cobrar a responsabilidade pela ausência dessas Políticas Públicas.

Como resultado, apenas 4,8% das reportagens enfocam o papel do Poder Público na problemática da interface infância/violência. Os jornalistas, de forma pensada ou impensada, são coniventes com uma "realidade" que descrevem.

CONSELHOS TUTELARES E CONSELHOS DOS DIREITOS

| | |
|-------------------|------|
| MENCIONADOS | 1,6% |
| CONSULTADOS | 0,8% |
| COBRADOS | 0% |
| RESPONSABILIZADOS | 0,1% |
| TOTAL | 2,5% |

Os Conselhos Tutelares e os Conselhos dos Direitos, que deveriam estar para a reportagem que trata da Violência em que crianças ou adolescentes são agentes e vítimas assim como a Constituição Federal está para a imprensa que contesta, investiga e cobra do Executivo, Legislativo e Judiciário federais, aparecem em apenas 2,5% das matérias que formaram o universo final da pesquisa. Por que bater à porta do Conselho Tutelar? Porque ele é o responsável pela atuação direta com crianças e adolescentes em situação de risco e dispõe de dados e informações sobre a realidade da comunidade atendida. É o organismo que, pelo artigo 136 do ECA, faz todos os encaminhamentos desta problemática social.

VENCENDO O PRECONCEITO

Entre os aspectos positivos, pode-se destacar que a imprensa brasileira venceu a etapa do preconceito rasteiro e subiu degraus no nível do tratamento dos personagens e da conceituação em torno da Violência.

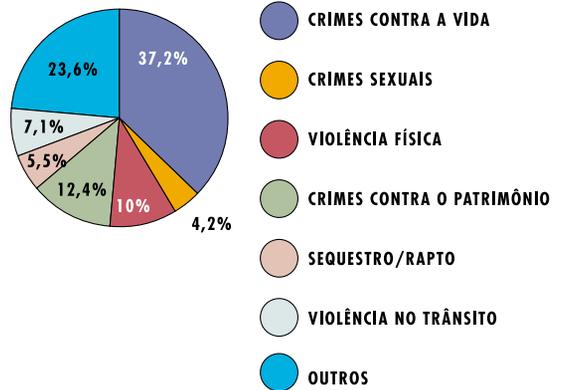
Nestas reportagens analisadas pelo grupo de consultores reunidos pelo projeto **Balas Perdidas**, raramente os agressores são retratados de forma desumana ou depreciativa (apenas 4,1%) e menos ainda as vítimas da violência (0,9%). São igualmente



poucos os casos em que os antecedentes criminais das vítimas vêm expostos no texto (3,4%), prática que desqualificaria a vítima perante a opinião pública e "justificaria" a Violência – o nefando "fez por merecer". Em poucos casos observou-se equívocos conceituais básicos, como por exemplo confundir *furto* com *roubo*. Roubo é a modalidade de crime com violência e a maior parte dos adolescentes que incorrem em crimes contra o patrimônio pratica furtos, que é a subtração de coisa alheia móvel sem violência. Confundir as duas modalidades ou denominá-las igualmente de "assalto" (o que, tecnicamente, nem existe) seria uma forma de super-responsabilizar os jovens pela Violência.

Do ponto de vista da identidade dos autores, poucas são, entre as notícias analisadas, aquelas que contêm nomes (1,5%), dados (5,1%) ou imagens (0,7%) que pudessem expor a identidade de jovens suspeitos.

TIPOS DE CRIMES COBERTOS



IMPORTANTE NOTAR A DIFERENÇA DE PONTUAÇÃO ENTRE CRIMES CONTRA A VIDA E, POR EXEMPLO, CONTRA O PATRIMÔNIO OU VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO, QUE NO MUNDO REAL OCORREM COM MUITO MAIS FREQUÊNCIA DO QUE OS PRIMEIROS.

A CONCLUSÃO ÓBVIA É QUE EXISTE NA MÍDIA UMA SUPER-REPRESENTAÇÃO DOS CASOS DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA A PESSOA, DA MESMA FORMA QUE UMA SUB-REPRESENTAÇÃO DE CRIMES NÃO-VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO.

É O RETRATO DO JORNALISMO, MAS ESTÁ LONGE DE GUARDAR QUALQUER PROPORCIONALIDADE COM OS 10% DESSES CRIMES NO ELENCO DE ATOS VIOLENTOS REGISTRADOS PELOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA. A DISPARIDADE SEM CONTEXTUALIZAÇÃO OFERECE UMA REALIDADE FALSA.



CONTEXTO: RADIOGRAFIA DOS CRIMES

O jornalismo radiografado por esta análise esgota-se, em geral, como caso de polícia, tamanha a quantidade de reportagens originadas nos Boletins de Ocorrência (BO) das delegacias de polícia. A título de síntese – uma síntese tétrica – poder-se-ia dizer que esse jornalismo é vítima dos “BOs”.

As polícias são, sim, agentes públicos relevantes em torno do tema. Mas a imprensa, com exceções pontuais, empenha-se na materialidade da Violência, na fotografia e nos testemunhos de um fato que é tratado como um entre tantos outros. Faz muito barulho (*foram mais de 14.905 matérias publicadas pelos 46 maiores jornais brasileiros entre 1º de julho de 2000 e 30 de junho de 2001*), mas atira para o alto. São balas que não atingem o alvo da boa cobertura e por isso ferem o direito do leitor por uma informação de qualidade, pluralista e propositiva. É por isso que ela fica longe do “jornalismo de resultados” da política, da economia e do que hoje se observa em quase todos os temas relacionados à infância, à adolescência e a seus direitos.

A reboque desse gênero de jornalismo, 80% de todas as inserções analisadas pelos consultores descrevem os crimes e ficam por aí. Só em menos de 8% das reportagens há uma discussão das causas do crime descrito. E só em um terço desses 8% as causas vêm acompanhadas de soluções.

A análise dos casos de Violência estampados nos jornais não tem por objetivo retratar o fenômeno da interface violência/adolescência. Antes, procura fazer um retrato do imaginário social que recobre o tema, imaginário que a mídia, ao mesmo tempo, reflete e molda. Reflete na medida em que os jornalistas fazem parte da sociedade que retratam e são portadores, como todos nós, de uma certa visão de mundo com relação aos fatos relatados. Molda, na medida em que apresenta para o público aspectos específicos e parciais da violência que envolve adolescentes.

O BO É UMA ARMA FRIA

As reportagens trazem muito mais detalhes sobre as vítimas do que sobre os agressores. Essa facilidade com que os jornalistas recheiam as reportagens com dados das vítimas tem uma explicação banal: os dados estão disponíveis nos Boletins de Ocorrências (BOs) – onde não aparecem tão facilmente, ou não imediatamente, os dados do agressor. As reportagens são, portanto, construídas com o que os jornalistas têm à mão. Tanto assim que entrevistam preferencialmente a polícia (25,7%), os familiares das vítimas (11%), os suspeitos/agressores (7,8%) e as testemunhas do fato (6,2%). O “especialista” no tema central da reportagem também é invocado com certa constância (7,2%), porém quase nunca em um contexto de debate das causas e soluções, mas sim para dar um verniz de sofisticação ao fato bruto.



O Globo-RJ - 20/04/01



O Popular-GO - 07/03/01



MAIS POLÍTICA, MENOS POLÍCIA

| FONTES OUVIDAS | |
|--|-------|
| EXECUTIVO FEDERAL | 0,9% |
| EXECUTIVO ESTADUAL | 2,3% |
| EXECUTIVO MUNICIPAL | 3,3% |
| JUDICIÁRIO | 1,8% |
| MINISTÉRIO PÚBLICO | 1,3% |
| LEGISLATIVO FEDERAL | 0,2% |
| LEGISLATIVO ESTADUAL OU DISTRITAL | 0,4% |
| LEGISLATIVO MUNICIPAL | 0,2% |
| ESPECIALISTAS | 7,2% |
| UNICEF | 0,2% |
| ORGANISMOS INTERNACIONAIS | 0,6% |
| POLÍCIA | 25,7% |
| CONSELHOS DE DIREITOS (NACIONAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS) | 0,6% |
| CONSELHOS TUTELARES | 0,6% |
| UNIVERSIDADES | 0,6% |
| ILANUD | 0,1% |
| ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL | 1,9% |
| FUNDAÇÕES / INSTITUTOS | 0,7% |
| ASSOCIAÇÕES | 1,3% |
| EMPRESAS (NÃO ESTATAIS) | 1,2% |
| PROFESSORES (EXCETO UNIVERSITÁRIOS) | 1,2% |
| VÍTIMAS | 4,8% |
| CRIMINOSOS/SUSPEITOS | 7,8% |
| TESTEMUNHAS | 6,2% |
| JOVENS | 1,1% |
| CRIANÇAS | 0,2% |
| FAMILIARES DO AGRESSOR | 1,6% |
| FAMILIARES DA VÍTIMA | 11,1% |
| VIZINHOS | 2,8% |
| NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR AS FONTES CONSULTADAS | 12,1% |

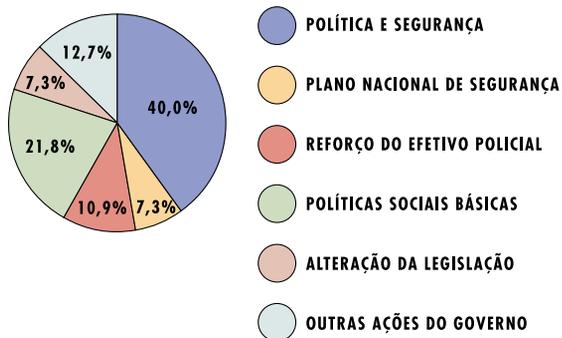
As reportagens selecionadas para análise se valem muito pouco de dados, legislação e referências bibliográficas. Mas o problema é mais grave: apenas 4,8% delas enfocam o Poder Público. A imprensa, mediadora na cobrança de Políticas Públicas, trata a Violência que envolve crianças e adolescentes como um caso sem demanda por soluções.

A ausência do debate sobre as soluções advindas da implementação de Políticas Públicas é agravada pelo fato de que prevalece a ótica da "ineficiência policial" ou da "falta de segurança" quando o debate se faz minimamente presente. É passada à sociedade a idéia de que a questão da Violência com adolescentes e jovens no papel de vítimas ou de agentes é um típico "caso de polícia", isto é, a "falta de polícia" permite a manifestação da Violência; e "com mais polícia" haveria menos Violência.

É imputada à família uma responsabilização excessiva, sem menção, quase sempre, à existência ou não de Políticas Públicas de apoio, orientação e acompanhamento dessas mesmas famílias, como se elas devessem, sozinhas, equacionar uma problemática que escapa à sua governabilidade – pobreza, desemprego, falta de habitação, alcoolismo e até ausência de segurança pública.

O foco das reportagens sobre Políticas Públicas diz tudo: 40% das matérias pesquisadas tratam de "política de segurança", 10,9% do "reforço do efetivo policial", 7,3% de "alterações na legislação", 21,8% delas focam a questão nas "políticas sociais básicas". Sempre lembrando que essas porcentagens se referem aos 4,8% de reportagens que cobriram algum tipo de Política Pública. Isso faz crer que o problema da Violência e da criança ou adolescente como vítima e infrator é quase sempre abordada pelo aspecto policial e repressivo.

TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS



VIOLÊNCIA/FENÔMENO SOCIAL

A Violência não é sinônimo de criminalidade. A mídia vê como sinônimo de Violência os delitos tradicionais, como o roubo e o homicídio, e isso leva a uma cobertura tendenciosa da realidade. A imprensa não enxerga o contexto porque não discute soluções – apenas 7,5% dos textos analisados fazem isso. No mais, há um discurso policial justificando a si mesmo e abastecendo os jornalistas. Como se não existissem nem causas nem biografias.

A precariedade de espaços coletivos (centros culturais, teatros e centros de convivência) e a escassez de trocas simbólicas estreitam os modos de lidar com as diferenças e as adversidades, fortalecendo a resolução pelas formas de agir compulsivas e agressivas. Este aspecto é importante na abordagem da Violência porque além de contribuir para a análise do crime de homicídio, pode ter um papel importante na transformação de vítimas em futuros agressores. Crianças e adolescentes vitimizados, sem espaços para elaborar suas trajetórias – em especial, das situações de sofrimento – podem repetir essas vivências não mais como vítimas, mas como agressoras.

HISTÓRIAS DE VIDA

Seria ideal que os fatos (o crime, a Violência) nunca fossem narrados pela mídia desprovidos das trajetórias e histórias de vida das vítimas e dos agressores. A biografia revela os determinantes sociais, culturais e econômicos que levam ao encontro/desencontro entre agressor e vítima. Ou seja, a biografia da vítima e do agressor pode revelar causas, contextos e fatores que os levaram à Violência. É importante, também, que a mídia não reforce a imagem do jovem quando este exerce atividade marginal ou ilegal. Os adolescentes, principalmente na faixa dos 16/17 anos, na ausência de Políticas Públicas articuladas, em ambientes familiares adversos e com pouquíssimas chances de inserção no mundo do trabalho, encontram no crime organizado uma oportunidade não só de subsistência, mas também de pertinência social, mesmo que de curta duração e de destino quase sempre fatal.

A tragédia invisível do trânsito

Os diversos tipos de violência ligados ao trânsito são os que mais atingem adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos. Estranhamente, estão entre os menos tratados pela imprensa brasileira, seja a convencional, sejam os suplementos e revistas da Mídia Jovem.

No dia-a-dia dos grandes jornais, atropelamentos, rachas e acidentes de trânsito aparecem em apenas 7,1% das violências envolvendo crianças e adolescentes, enquanto homicídio corresponde a 30%.

Seria de esperar que nos veículos da Mídia Jovem essa temática fosse tratada com mais assiduidade, mas não é isso que ocorre. Apenas 1,4% das matérias tratam de acidentes de trânsito. Na verdade, praticamente toda a discussão sobre trânsito é deixada de lado: a falta de educação ao volante é apresentada como causa da violência em 1,4% das matérias analisadas e a educação para o trânsito é discutida de maneira geral em 4,3% dos textos.



CAUSAS DA VIOLÊNCIA

| | |
|--|-------|
| FALTA DE SEGURANÇA EM ESPAÇOS DE LAZER PÚBLICOS | 6,0% |
| FALTA DE ESPAÇOS DE LAZER PÚBLICOS | 2,6% |
| POBREZA (DESEMPREGO, TENSÃO SOCIAL) | 3,4% |
| FALTA DE SEGURANÇA NA ESCOLA | 6,9% |
| INADEQUAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ESCOLAR/FAMILIAR | 1,7% |
| DESESTRUTURAÇÃO FAMILIAR | 8,6% |
| INADEQUAÇÃO DA FAMÍLIA AOS PROBLEMAS DA CRIANÇA/JOVEM | 2,6% |
| FALTA DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO | 10,3% |
| QUESTÕES RELACIONADAS AS ARMAS | 0,9% |
| PROBLEMAS PSICOLÓGICOS ADVINDOS DA FASE DA VIDA | 1,7% |
| INEFICIÊNCIA POLICIAL | 8,6% |
| POUCAS OU MAL ESTRUTURADAS CASAS DE DETENÇÃO | 0,9% |
| SUPERLOTAÇÃO DAS CASAS DE DETENÇÃO | 1,7% |
| AUSÊNCIA DE POLÍTICA NACIONAL PARA A SEGURANÇA PÚBLICA | 3,4% |
| AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE | 2,6% |
| COMPORTAMENTO VIOLENTO DA CRIANÇA/JOVEM | 6,05% |
| OUTROS | 31,9% |

SOLUÇÕES PARA A VIOLÊNCIA

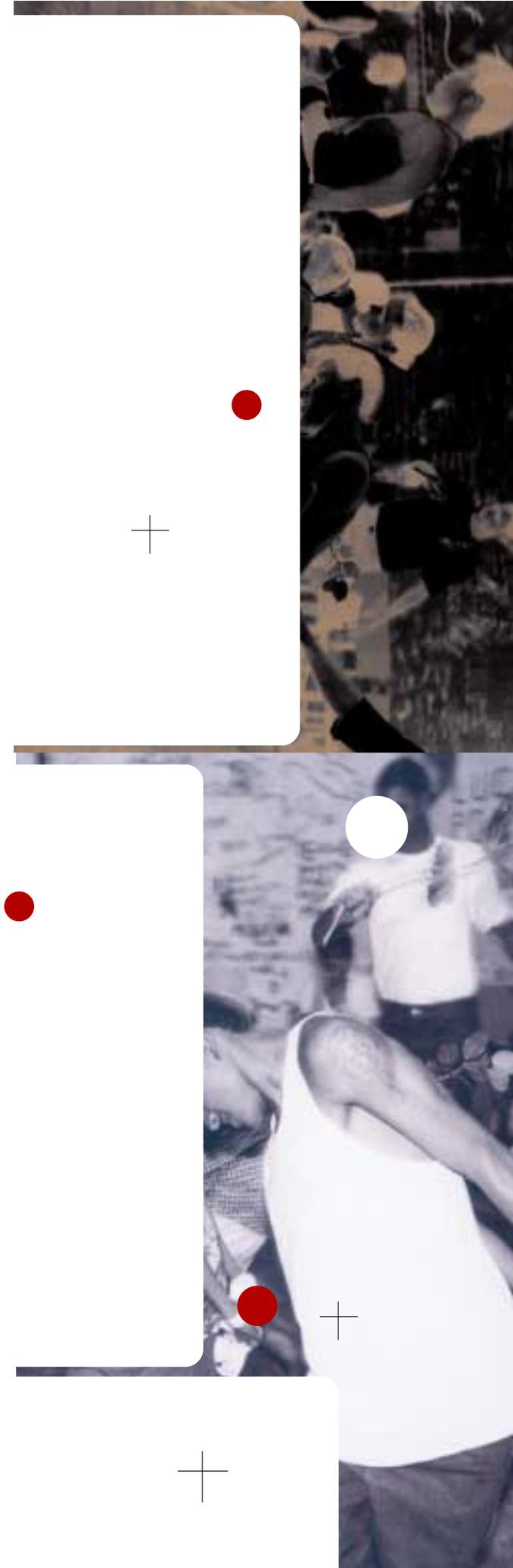
| | |
|--|-------|
| INFRA-ESTRUTURA/URBANISMO | 3,5% |
| EFICIÊNCIA DE GESTÃO | 9,3% |
| TRABALHO DA COMUNIDADE | 3,5% |
| PARCERIAS (ONGS, GOVERNO, EMPRESAS, IGREJAS) | 3,5% |
| CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO PELA PAZ | 10,5% |
| SOLUÇÕES A SEREM TOMADAS PELA FAMÍLIA | 14,0% |
| SOLUÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS NA ESCOLA | 9,3% |
| PROJETOS SOCIAIS PROTAGONIZADOS POR JOVENS | 2,3% |
| POLÍCIA COMUNITÁRIA | 2,3% |
| PENAS MAIS SEVERAS | 2,3% |
| DIMINUIÇÃO DA MAIORIDADE PENAL | 1,2% |
| AUMENTO DO EFETIVO POLICIAL | 9,3% |
| POLÍTICA DE CULTURA | 1,2% |
| CRIAR ESPAÇOS DE LAZER E ESPORTES | 3,5% |
| OUTROS | 24,4% |



Diário do Nordeste-CE - 30/01/01



Diário de Cuiabá - 29/01/01





CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Há um enorme esforço a ser desenvolvido na preparação dos jornalistas para a cobertura dos temas de Violência envolvendo jovens e adolescentes como vítimas ou agentes. A quantidade de reportagens "descritivas" oferecida cotidianamente ao leitor indica que ele está sendo informado pela metade. Quando muito.

Esse cenário se constela porque as reportagens, salvo honrosas exceções, são:

- desprovidas de contextualização;
- não investigam as causas da Violência;
- não procuram pelas soluções;
- priorizam a descrição dos atos violentos, o que as imagens da TV podem fazer com mais competência (ainda que seja igualmente desnecessário);
- transformam o fenômeno social da Violência em casos de polícia;
- a imprensa vira porta-voz das delegacias e os Boletins de Ocorrência (BOs) se tornam fontes prioritárias dos jornalistas;
- não responsabilizam o Poder Público, porque este raramente é procurado;
- não cobram a ausência de Políticas Públicas...

Este rol de "vícios" alimenta um tipo de reportagem descomprometida com a mudança social. Um tipo de jornalismo que faz da crueza descritiva um fim em si mesmo. Sem participar do debate pelas soluções, a mídia equipara-se a uma sonda teleguiada enviada a Marte – voa, entra em órbita, chega ao planeta, recolhe as informações, faz tudo sob o comando à distância dos cientistas.

É a distância das soluções que faz da mídia radiografada pelo clipping da ANDI uma espécie de sonda não contaminada pela realidade – ainda que tenha ido lá, no local, colher informações.

O Dia-RJ - 24/05/01



AS RECOMENDAÇÕES

Em face do grave panorama retratado, o grupo de consultores reunido pela ANDI elaborou uma série de recomendações para o que considera ser o trabalho ideal dos jornalistas diante das diversas temáticas associadas à Violência:

- partir do singular para a análise da Violência enquanto fenômeno social;
- as estatísticas, as pesquisas e os especialistas são recursos importantes nessa passagem do individual para o social;
- incluir dados significativos na descrição dos atores, como escolaridade, cor, religião, classe social;
- conhecer em detalhes as biografias das vítimas e agressores, compreendendo a trajetória e o contexto familiar, respeitando na exposição das informações o que é protegido por lei e o que deve ser mantido em sigilo para não comprometer a imagem da criança ou do adolescente;
- verificar nessas biografias os dados sobre violência de agressores e vítimas, pois, com muita frequência, o agressor foi vítima na infância e as vítimas podem estar sendo submetidas a formas crônicas de vitimização;
- levantar sempre os dados que comprovem ou não a impunidade;
- acompanhar o desenvolvimento dos casos, da descoberta às providências tomadas pelo Poder Público, para evitar reforçar o mito da impunidade;
- apresentar informações precisas e detalhadas sobre o sistema legal e o papel dos diferentes personagens, com ênfase para o papel do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Conselhos Tutelares (atores relativamente novos na Justiça da Infância e da Adolescência);
- tratar o tema da Violência fora dos contextos de crise e comoção;
- estimular o senso crítico na utilização de dados sobre Violência no contexto eleitoral, evitando assim que os

- candidatos formulem propostas visando unicamente o êxito circunstancial da campanha e que contribuam para fortalecer medidas de curtíssimo prazo, geralmente de cunho repressivo;
- consultar fartamente a legislação e citá-la: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Constituição, Código Penal, lei de Execução Penal;
- evitar a desinformação crônica sobre os direitos e deveres por parte da opinião pública; o jornalista, consultando a legislação e os especialistas, contribui para socializar o conhecimento legal;
- ouvir o maior número possível de fontes e atentar para os interesses que elas, legal ou ilegalmente, legítima ou ilegitimamente, representam.



UM SEMINÁRIO PARA JORNALISTAS

A ANDI e seus parceiros no projeto **Balas Perdidas** – Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, Amencar, Instituto Ayrton Senna, Unicef e Conanda – realizam nos dias 10 e 11 de dezembro, no Rio de Janeiro, o seminário também intitulado *Balas Perdidas*.

Na oportunidade, estarão sendo discutidos os dados que agora você tem em mãos, resultado do trabalho do *Grupo de Análise de Mídia* sobre Violência.

Com metodologia diferenciada, o seminário não se resumirá à apresentação dos números e palestras: num processo interativo, jornalistas e especialistas formarão grupos de trabalho com o objetivo de definirem recomendações para uma cobertura da mídia adequada à importância da temática da Violência. Participam 36 jornalistas dos quatro estados da região Sudeste, todos com larga experiência na cobertura do universo da Violência. O Ministério da Justiça estuda a possibilidade de levar o seminário para as demais regiões do País, a partir de 2002.



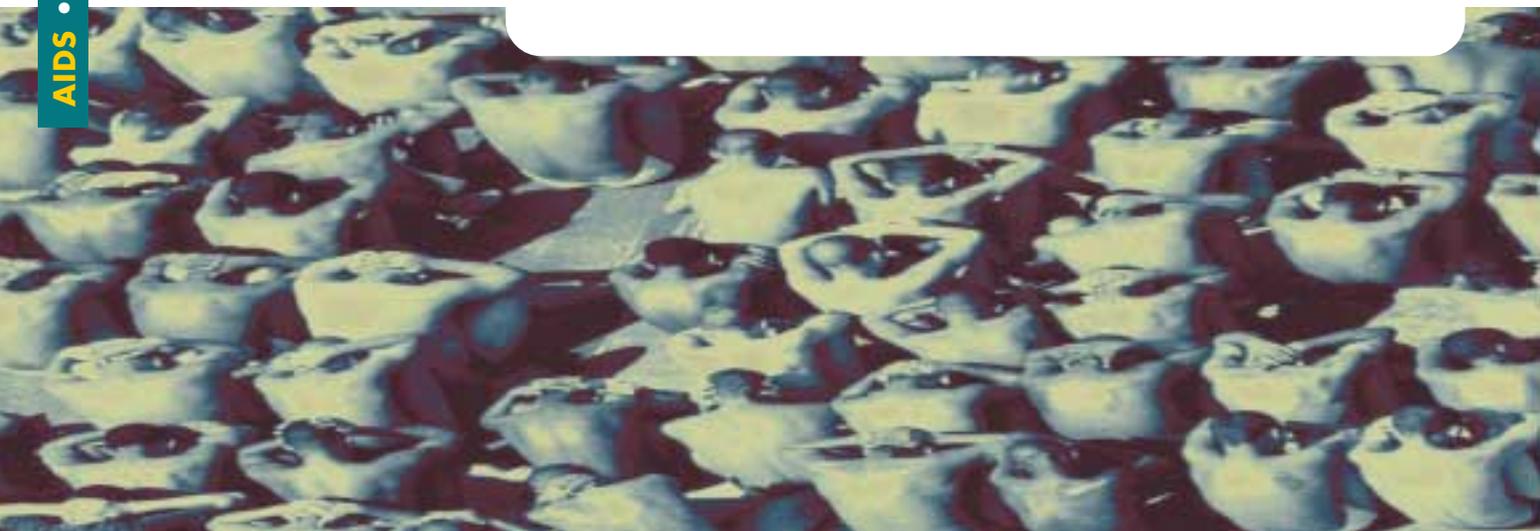
Folhateen/Folha de S.Paulo
10/07/00

Sem corpo, sem prazer e sem afeto

CARMEM MORETZSOHN
EDITORA DE MÍDIA JOVEM • ANDI

Em julho de 2001, a Editoria de Mídia Jovem da ANDI publicou a 15ª edição do boletim *Conversa Afiada*, que tinha como temas privação de liberdade e Aids. O objetivo era provocar os jornalistas a descobrirem, em seus estados e cidades, quais unidades de internação de adolescentes desenvolviam programas de prevenção e como estes funcionavam.

Reconhecidamente denso, polêmico e envolto por especificidades jurídicas, o assunto além de tudo costuma despertar a ira dos setores mais conservadores da sociedade. Por isso mesmo, o cotidiano dos jovens em privação de liberdade está entre as pautas que a ANDI percebe como prioritárias no contexto dos direitos da adolescência.



FUN/GAZETA DO POVO • 27/07/01



ESTADO DE MINAS • 24/09/01



RUBENS HERBST

PLANETEEN/A NOTÍCIA, SC

Um mês e meio depois do lançamento do boletim, apenas dois suplementos dirigidos ao público jovem haviam decidido abordar o assunto. É um limite não encontrado pelas editorias "adultas" dos jornais brasileiros, que no mesmo período assumiram o desafio da pauta e publicaram bom número de reportagens sobre a temática.

Para Danielle Soares de Brito, editora do *Fun*, suplemento jovem da *Gazeta do Povo* (PR), que abriu espaço para uma bela matéria inspirada nas questões discutidas pelo boletim, o principal obstáculo enfrentado por quem resolve cobrir essa área não é apenas o acesso físico aos internos. "Como o sexo é proibido dentro das instituições, a Aids e as DSTs são tratadas como se não existissem.

Ninguém fala sobre o assunto, principalmente no Educandário São Francisco, onde ficam os meninos. Então, não existem programas de prevenção, já que, teoricamente, o sexo também não existe ali", explica.

Para Rubens Herbst, editor da página *Planeteen*, do jornal *A Notícia*, de Joinville-SC, o principal problema de uma cobertura que envolva as instituições de privação de liberdade é conseguir acesso ao local. "Nesta pauta específica ainda há um outro agravante", diz ele. "É difícil falar sobre Aids neste contexto". Liana Menezes, editora do suplemento *Zine*, do jornal *A Gazeta*, de Cuiabá, vai mais além: "É difícil o acesso a estas instituições e a gente desconfia das estatísticas que elas divulgam, porque sabe que atrás dos muros a história é sempre outra", questiona. E conta: "Só neste ano morreram três adolescentes na instituição de privação de liberdade *Lar do Adolescente*. O governo reformou o espaço, deu uma nova roupagem, mas a gente acredita que não mudou nada de essencial. Vamos cobrir o assunto e nosso grande questionamento será: por que as instituições de privação de liberdade não promovem a reinserção dos adolescentes na sociedade, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente?"

O Estado de Minas e a *Folha de S. Paulo* estão entre os jornais em que o material encontrou receptividade apenas junto às editorias *Gerais* e *Cotidiano* ("cidades"). Segundo Cássio Starling, editor da *Folhateen*, suplemento semanal da *Folha de S. Paulo*, não se trata de desinteresse por parte da

Mídia Jovem. "A pauta tem importância jornalística, fala de um trabalho objetivo que precisa ser desenvolvido, mas temos uma dificuldade muito grande de tratar estes temas devido à recusa das fontes em pronunciar-se", argumenta. Starling também diz seguir uma estratégia para aprofundamento da questão: "Nós temos intenção de cobrir este assunto, mas como não podemos fazer uma cobertura sistemática, devido à falta de espaço no caderno, procuramos acumular o material para que ele renda uma matéria de capa, mais aprofundada, com três, quatro páginas e chamada no primeiro caderno".

A LEI DO SILÊNCIO

Difícil é entender porque a mídia brasileira continua a compactuar com a lei do silêncio adotada pela maior parte dos setores da sociedade em relação à questão - a prioridade na pauta, para o tema do adolescente em privação de liberdade, na grande maioria dos veículos, ainda depende de uma nova rebelião.

Além das prementes denúncias, essa é uma área onde a investigação de soluções mostra-se fundamental. E procurando, já é possível encontrar exemplos que podem servir de inspiração para o fim do atual

quadro de terror. Por exemplo, o Instituto Educacional Feminino Paulo Juarez Zílio, no Rio Grande do Sul, considerada a melhor unidade de internação visitada pela IV Caravana Nacional dos Direitos Humanos, as meninas têm quartos individuais, simples mas limpos e decorados, usufruem de áreas de lazer e participam de festas organizadas pela direção. Para muitas delas, a diretora é comparada à mãe, pelo carinho e afeição com que dialoga com as garotas. E nunca é demais lembrar que a aposta na recuperação destes meninos e meninas está longe de ser tempo perdido. Em 1999, o diretor do complexo de Imigrantes, da Febem paulista, declarou a uma subcomissão parlamentar que 70% dos adolescentes internos tinham potencial para reabilitação - porcentagem que foi confirmada pelo diretor do complexo de Tatuapé.



O Estatuto violentado

A história da 15ª edição do boletim *Conversa Afiada**, que recebeu o título "Privados de Liberdade", começou em maio de 2001. A edição faz parte do projeto *Informação e Prevenção - A Contribuição da Mídia à Prevenção das DST/Aids em Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e nos Adolescentes Cumprindo Medidas Sócioeducativas*, desenvolvido pela ANDI em parceria com a Coordenação Nacional de DST/Aids e a Área de Saúde do Adolescente e do Jovem, do Ministério da Saúde. O tema se impunha entre outros também propostos pela editoria de Mídia Jovem da ANDI: dos 16 mil adolescentes brasileiros

privados de liberdade, a maioria já tinha vida sexual ativa antes da internação, muitos são pais e alguns mantêm relações estáveis com suas companheiras - mas não existe hoje, no Brasil, um único levantamento oficial sobre sua atividade sexual no contexto das instituições.

Essa inexistência de dados levou a ANDI a contactar o *Fonacriad - Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Um questionário foi elaborado e enviado às 78 instituições de privação de liberdade em atividade no País. Pouco mais de um mês depois, apenas 15 haviam respondido. Mas o quadro a que se chegou revela claramente os problemas que ainda pesam sobre a questão - e onde as violações dos direitos

desses adolescentes é uma constante. Das 15 instituições, 14 afirmaram desenvolver projetos preventivos e realizar testes de HIV sempre que o adolescente ou o médico que acompanha a unidade solicitar. No entanto, somente duas delas - Fundac, da Paraíba, e Febemce, do Ceará -, têm programas de distribuição de preservativos e permitem visitas íntimas aos internos. Os resultados positivos, segundo Eurídice Moreira da Silva, presidente da Fundac, podem ser facilmente medidos: "Conseguimos diminuir a promiscuidade, evitar a ocorrência de soropositividade e acabar com os casos de DST entre os internos". Outras duas unidades - Fcria, do Amapá, e Funcap, do Pará - distribuem preservativos, embora não permitam visitas íntimas. O argumento apresentado por Maria Gatinho,



ADOLESCENTES INTERNOS DA FEBEM PAULISTA EM ATIVIDADES COORDENADAS PELA EQUIPE DO BALLET STAGIUM. ESTA FOTO ILUSTRA O RELATÓRIO SITUAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA BRASILEIRA, QUE O UNICEF ESTARÁ LANÇANDO EM 2002.



**Criado em 1997 para facilitar o acesso dos jornalistas da Mídia Jovem a pautas e fontes de informação associadas a temáticas socialmente relevantes, o boletim já focalizou áreas tão diversas quanto o protagonismo juvenil, o tabagismo, o culto à beleza, a inclusão das pessoas com deficiência e a rejeição dos adolescentes à política. Todas as edições podem ser acessadas pelo site da ANDI: www.andi.org.br.*

Chefe de Gabinete da Fcria, é revelador de uma postura ética ainda muito pouco difundida entre as instituições: "Não temos visitas íntimas, mas não podemos ser hipócritas. Sabemos que o envolvimento sexual pode ocorrer entre os internos, isso acontece em qualquer instituição". Já Fernando da Silveira, coordenador do projeto de prevenção às DST/Aids Fique Vivo, na Febem de São Paulo (onde já foram detectados casos de soropositividade entre os adolescentes), sabe da denúncia de ocorrência da prática sexual entre os internos, mas prefere acreditar que a distribuição de preservativos deva ser antecedida de amplo debate: "As relações sexuais, quando ocorrem, são normalmente ligadas a um contexto violento, os mais fracos são, na maioria das vezes, os explorados sexualmente".

| INSTITUIÇÕES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO ÀS DST/AIDS PESQUISA FONACRIAD/2001 | | | | | | |
|--|-----|-----|-----|---------|-----|--------|
| ESTADO | (1) | (2) | (3) | | (4) | (5) |
| | S/N | S/N | S/N | DATA | S/N | QTD |
| Amapá | S | N | S | 1997 | S | 01 |
| Rondônia | N | N | N | 01/2001 | N | 01 |
| Pará | S | N | S | - | S | Várias |
| Maranhão | N | N | S | 1995 | S | Várias |
| Ceará | S | S | S | 1993 | S | 01 |
| Rio Grande do Norte | N | N | S | 04/2001 | S | 01 |
| Paraíba | S | S | S | 1999 | S | 01 |
| Pernambuco | N | N | S | - | S | Várias |
| Bahia | N | N | S | 1998 | S | 03 |
| Distrito Federal | N | N | S | 1995 | S | 04 |
| Mato Grosso | N | N | S | 1999 | S | 03 |
| Espírito Santo | N | N | S | 1996 | S | Várias |
| São Paulo | N | N | S | 1992 | S | 03 |
| Paraná | N | N | S | - | S | Várias |
| Santa Catarina | N | N | S | - | S | 01 |

Critérios de Avaliação

- (1) Há distribuição de preservativos a adolescentes privados de liberdade
- (2) Há permissão para visitas íntimas aos adolescentes privados de liberdade
- (3) Há projetos ou programas de prevenção em DST/AIDS e data em que foram implantados
- (4) Se os adolescentes têm acesso ao teste para detectar o HIV. Se já houve casos do próprio adolescente ter pedido para fazer teste e se foi atendido
- (5) Citar experiências positivas na área de prevenção e tratamento em DST/AIDS junto aos adolescentes

Os dados oficiais contribuem para este quadro de desinformação. A maior parte das estatísticas está baseada no fracasso das instituições de privação de liberdade: mede os índices de reincidência, ao invés de focalizar os de reinserção. Os números produzidos por estudos encabeçados por órgãos governamentais não são os mesmos daqueles apresentados pelas próprias entidades. O diálogo com a direção destas instituições é, historicamente, difícil. Assim, a mídia fica sem acesso a dados confiáveis e sem elementos para a produção de matérias mais qualificadas.



RADIOGRAFIA DA NEGLIGÊNCIA

Foi no mês de março de 2001 que o deputado Marcos Rolim (PT-RS) coordenou o que ficou conhecido como a IV Caravana Nacional de Direitos Humanos. Durante oito dias, parlamentares conferiram, sem aviso prévio, a situação de 18 instituições de privação de liberdade de adolescentes, em seis estados brasileiros – Pará, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. O quadro que se revelou foi estarrecedor. Para se ter dimensão do problema, basta a informação, contida no relatório da Caravana, de que havia, em duas unidades de internação, adolescentes com balas ainda não extraídas do corpo – um deles estava na instituição há pelo menos um mês. Marcas de espancamento, celas de isolamento (prática proibida, mas institucionalizada na maior parte das entidades), problemas de pele, de dentes, tuberculose, DSTs. São muitas as denúncias. Algumas ganharam manchetes de jornais, como a que enfoca a rotina na UAI, em São Paulo, devido à superlotação (num lugar concebido para acolher 62 meninos, vivem 400!), os garotos são obrigados a passar o dia sentados no chão, sem conversar e dormem sem poder se mexer. Outras denúncias foram encaminhadas a promotores que, afirmando-se surpresos com o que viram, prometeram investigações rigorosas. Os dados oficiais contribuem para este quadro de desinformação. A maior parte das estatísticas está baseada no fracasso das instituições: mede os índices de reincidência, ao invés de focalizar os de reinserção. Os números produzidos por estudos encabeçados por órgãos governamentais não são os mesmos daqueles apresentados pelas próprias entidades. O diálogo com a direção destas instituições é, historicamente, difícil. Assim, a mídia fica sem acesso a dados confiáveis e sem elementos para a produção de matérias mais qualificadas.

COTIDIANO DE VIOLÊNCIA

De acordo com as denúncias presentes no relatório da IV Caravana de Direitos Humanos, são raras as instituições que seguem o que estabelecem as leis voltadas para as crianças e adolescentes brasileiros. O Estatuto da Criança e do Adolescente aponta como exigências mínimas das unidades de internação, entre outras, que se ofereça um atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos; que se preserve a identidade e se ofereça ambiente de respeito e dignidade ao adolescente, com instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, vestuário e alimentação; cuidados médicos, psicológicos, escolarização e profissionalização. Na unidade do Cenam, de Aracaju, por exemplo, muitos jovens internos sofriam, comprovadamente, de doenças venéreas, sem receber qualquer tratamento médico. Também não podiam usar cuecas ou qualquer outra peça de vestuário que não as oferecidas aleatoriamente pela instituição. As peças eram lavadas e distribuídas ao acaso, fazendo com que muitos temessem se infectar. No mesmo local, os parlamentares encontraram adolescentes que estavam em celas de isolamento por mais de dois meses. Os casos de violência, segundo entrevistas feitas com os adolescentes internos nestas instituições, são freqüentes. Na Unidade de Internação Provisória – UIP 6, de São Paulo, é comum que eles repitam que “aqui é couro todo dia”. Também em São Paulo, a unidade 30 de Franco da Rocha desenvolve o que chamam de “pedagogia da dor”. Na sala dos monitores, um cartaz estampa a máxima com a qual trabalham: “O homem é um aprendiz e a dor é seu mestre”. Os meninos não recebem aulas ou desenvolvem qualquer outra atividade. De acordo com os parlamentares, “foi difícil encontrar um interno sem marcas de espancamento espalhadas pelo corpo”.



A 15ª EDIÇÃO DO BOLETIM CONVERSA AFIADA: PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E AIDS.

Ministérios da Saúde e da Justiça decidem agir

Um dos problemas para o enfrentamento da questão é que no Brasil não há lei que legitime proibições ou determine ações de prevenção às DST/Aids dentro das instituições de privação de liberdade de adolescentes. Cada entidade é responsável por definir sua própria abordagem. O assunto é tratado com cuidado pelo Ministério da Saúde. A Coordenação Nacional de DST/Aids coloca-se totalmente favorável ao livre acesso aos preservativos, mesmo nas instituições que não oferecem visita íntima, sempre que seja acompanhado de ações educativas de prevenção. Mas faz questão de salientar que a decisão de realizar o teste de HIV é pessoal, assim como a decisão de revelar o resultado do exame – estes direitos precisam estar assegurados. O Ministério da Saúde demonstra que está disposto a ajudar a mudar este quadro. Encontra-se em estudo, por um grupo reunindo representantes dos ministérios da Saúde e da Justiça, Unicef, Conanda, Fonacriad e ANDI, uma política de prevenção a ser desenvolvida dentro das unidades de privação de liberdade de adolescentes. Em dezembro de 2001 acontece grande oficina para discutir ações conjuntas sobre o tema “Adolescentes cumprindo medidas sócioeducativas e prevenção da Aids”, elaborar diretrizes e uma agenda de atuação. O que se deseja é reunir juizes, adolescentes, promotores, ONGs, conselhos de defesa da criança e do adolescente e representantes de entidades governamentais, em mesas temáticas, para discutir ações efetivas a serem trabalhadas em todo o País. O projeto inclui a realização de pesquisa em todas as 78 instituições de privação de liberdade do Brasil. Com isso, será possível ter, em um ano, um diagnóstico preciso do assunto e as propostas para trabalhá-lo.



A cara do Brasil

**Afinal, quem é esse adolescente em conflito com a lei?
O tratamento que ele recebe da imprensa geralmente
serve apenas para agravar o preconceito e a exclusão**

A sociedade brasileira está habituada a pensar nas instituições de privação de liberdade de adolescentes somente quando a mídia noticia mais um caso de rebelião – e não raro a partir de um tratamento sensacionalista e preconceituoso. De outra forma, a realidade destes garotos encontra dificuldades em alcançar a devida visibilidade. Os infratores são invariavelmente olhados com horror, como vândalos dispostos a tudo. A imprensa não costuma perguntar quem são eles, de onde vieram, por que estão ali e para onde vão depois. É comum que sejam tratados apenas como a manchete da hora, explorando-se suas mazelas e sua dor. Também se oferece generosas coberturas sobre os atos infracionais envolvendo adolescentes, nas páginas policiais. No entanto, é limitada a abordagem de experiências positivas de ressocialização, por exemplo.

A ROTINA DA EXCLUSÃO

Baixa escolaridade, famílias de pequeno poder aquisitivo, ofertas de trabalho ligadas a sub-empregos ou a atividades que não requerem especialização. Origem em comunidades que vivem rotina de exclusão social, com falta de oferta de lazer, grande consumo de drogas e ausência de redes sociais de apoio. Este, que é o perfil mais tradicional do adolescente que cumpre medida sócioeducativa de privação de liberdade, é também uma espécie de selo do

destino que parece lhe ser fixado na pele antes mesmo de haver praticado qualquer delito. Chamados de *menores, agressores, delinqüentes, infratores, marginais, bandidos*, estes adolescentes conhecem, muitas vezes apenas saindo da infância, o rigor com que se trata os "condenados", no sistema prisional brasileiro. São reclusos a instituições que, ao contrário do que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, na maioria dos casos não lhes garante escolarização, lazer, privacidade, saúde, alimentação de qualidade e atendimento médico. Lança-os a celas super-lotadas, escuras, mal-cheirosas, sem ventilação. E os garotos, bem rápido, aprendem a respeitar as "leis" do lugar, para sofrer menos.

O MITO DO MAL

A mítica em torno dos adolescentes chamados *infratores* começa já nas estatísticas. Criou-se a falsa idéia – uma vez que não encontra reflexo na realidade – de que o adolescente em situação de exclusão social é potencialmente um ser ameaçador à vida do cidadão comum. Ignoram-se dados que mostram que apenas 10% dos crimes ocorridos no Brasil são cometidos por pessoas com menos de 18 anos de idade. Dentre este total, segundo estudos do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, 73% atentam contra o patrimônio (sendo 50% furtos), e



APRESENTAÇÃO DO GRUPO AFROREGGAE:
FOCO NA QUESTÃO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.

8,46% são crimes cometidos contra a vida. Mas se os adolescentes não são os principais responsáveis pelos crimes cometidos no Brasil, eles são as maiores vítimas. Atualmente, segundo levantamento do Unicef, 75% das mortes de garotos com idade entre 15 e 19 anos estão ligadas a causas violentas. O drama vivido pelos adolescentes recolhidos às Unidades de Privação de Liberdade corre o risco de se agravar ainda mais: a tese da redução da maioridade penal para 16 anos continua sendo apoiada pelos segmentos mais conservadores da sociedade. A prisão teria efeitos devastadores para o jovem, na hipótese de aprovação da redução da maioridade penal. Ao enquadrá-lo no Código Penal e responsabilizá-lo criminalmente desde cedo, o adolescente passaria a ter contato com detentos mais velhos e perigosos, deixando a prisão ainda mais violento do que quando entrou.



Quem cabe no seu Todos?



CLAUDIA WERNECK

Projetos de comunicação com adolescentes discutem a diferença e a igualdade dos desiguais



O projeto **Jornalista Amigo da Criança** foi criado pela ANDI com o intuito de promover uma maior interlocução entre profissionais da imprensa que dedicam esforços na defesa dos direitos da criança e do adolescente no País. Contando com parceria da Embratur e apoio do

Unicef, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e McCann-Erickson, o projeto reúne hoje 200 profissionais de todos os estados. Anualmente são reconhecidos, por meio de diplomação pública, novos jornalistas engajados no compromisso de denunciar violações dos direitos e de investigar soluções para os problemas da infância brasileira.

Percorrer o Brasil aglutinando parceiros e mobilizando adolescentes para que se tornem multiplicadores do conceito de *sociedade inclusiva*, a sociedade para TODOS, segundo proposta da ONU, assinada em dezembro de 1990. Este é o objetivo do projeto *Quem cabe no seu TODOS?*, idealizado pela Jornalista Amiga da Criança Claudia Werneck a partir de um de seus livros, o "*Sociedade inclusiva. Quem cabe no seu TODOS?*", lançado pela WVA Editora, em 1999.

O ponto de partida das oficinas é o "Teste seu TODOS", por meio do qual o público é convocado a refletir sobre a forma leviana com que o vocábulo TODOS é utilizado no discurso dos governantes, nos documentos de educação e de direitos humanos, na fala de cada um de nós. A palavra TODOS nos possibilita dizer que estamos comprometidos, sem precisar explicar com quem.

O projeto *Quem cabe no seu TODOS?* inclui a realização de oficinas sobre inclusão com a presença de adolescentes da rede pública de ensino e outros, convidados, com algum tipo de deficiência visual, auditiva, motora, mental ou física. As oficinas acontecem em parceria com ONGs de jornalistas que trabalham com mídia e educação, prioritariamente da Rede ANDI e do Programa Cidadão 21/Comunicação. O objetivo é que o conceito de inclusão, tanto como tema quanto como prática, seja incorporado aos produtos de comunicação gerados pelos jovens, como jornais, sites, rádios comunitárias, vídeos, fotografias, histórias em quadrinhos. Até o final de 2002, cerca de três mil jovens terão participado das oficinas, que, desde

Projeto Aprendiz, em São Paulo. O projeto *Quem cabe no se TODOS?* irá também para a Amazônia, o Centro-Oeste e o Sul do Brasil.

CAPACITANDO JOVENS JORNALISTAS

Também é meta do projeto *Quem cabe no seu TODOS?* qualificar jovens jornalistas no conceito de sociedade inclusiva. Beatriz Botafogo, aluna do oitavo período de jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e estagiária do projeto, acompanhou Claudia Werneck em Salvador e se surpreendeu com os resultados da experiência. "Na UFRJ temos contato com veículos de comunicação comunitária, mas a Escola de

inclusão e sobre a responsabilidade que temos de disseminá-lo e exercitá-lo. Em uma das oficinas, havia um jovem com síndrome de Down, o Rodrigo Vieira, que não estava conseguindo entender o que se passava. Fiquei a seu lado, escolhia as palavras, e me sentia uma total incompetente. Era incapaz de me comunicar com ele apesar de ter passado três anos estudando comunicação. Em uma outra situação, quando distribuímos o *Teste seu TODOS* para os jovens, Claudia se deu conta de que não havíamos levado testes em braile, mesmo sabendo que pessoas cegas estariam nas oficinas. Agora, já traduzimos o teste para braile e compramos duas regletes, pranchetas nas quais, com a ajuda de uma espécie de estilete, o piston, se escreve em



novembro de 2001, também são oferecidas a empresas, juntando aprendizes, estagiários, filhos de funcionários e adolescentes com deficiência. Os resultados do projeto serão transformados em livro, a ser lançado em dezembro de 2002. Também está prevista a criação de um site, inclusivo na forma e no conteúdo, dirigido especialmente aos adolescentes.

Por meio do site, será possível trocar sistematicamente informações com os estudantes sobre suas ações inclusivas. Em agosto, Claudia Werneck trabalhou com a ONG Cipó, em Salvador; em setembro, com a Auçuba, em Recife; em outubro, com o

Comunicação é voltada para o grande mercado. Agora vejo que o Terceiro Setor é uma opção, e atuar como educocomunicador é uma possibilidade, mas quase não se fala sobre isso no curso de jornalismo. Estagiar no projeto *Quem cabe no seu TODOS?* tem me proporcionado descobertas a todo momento. Na faculdade, nunca havíamos refletido sobre o tema

braile. Assim, cegos e deficientes visuais integrantes das oficinas têm garantido seu direito de participar de todas as atividades. Isso é inclusão: dividir responsabilidades."

Os perigos de uma certa igualdade

CLAUDIA WERNECK*

Na tarde de 5 de agosto de 2001, em Salvador, começava mais uma oficina inclusiva para adolescentes do projeto Quem cabe no seu TODOS?. Alinhados em roda, estavam os estudantes que integram os programas da Cipó Comunicação Interativa. Chega João Victor, aluno do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual do Estado da Bahia (CAP). Cego, ele precisa de ajuda para encontrar uma cadeira vazia. Os jovens se mobilizam para ajudá-lo. Um deles o reconhece e diz: "Você vai à praia em Ondina? Acho que outro dia eu estava na areia e você me pediu ajuda para ir até a água. Fomos e fiquei espantado, porque lá você saiu nadando, nadando sozinho, rápido, bem rápido e eu pensei como que ele, sem enxergar, nada assim?". João Victor ri e responde: "Era eu sim, vou à praia em Ondina". E, com toda a delicadeza, complementou, para perplexidade do grupo: "Eu me sinto muito mais seguro no mar do que no meio das pessoas, que não estão acostumadas a conviver com cegos". Silêncio. Para a maioria daqueles jovens e das dezenas de outros que participaram das demais oficinas, estar em um único ambiente interagindo e refletindo junto a pessoas de sua geração, com deficiência, era uma experiência inédita em suas vidas. Durante uma semana, o projeto *Quem cabe no seu TODOS?*, sob a responsabilidade da WVA Editora, do Rio, e em parceria com a ONG sueca Save the Children, possibilitou a cerca de 150 jovens baianos, 32 deles com deficiência visual, auditiva, intelectual ou física, exercer um direito básico que costuma ser negado aos cidadãos em nosso país: conhecer, desde os primeiros anos de vida, a humanidade como ela é, com toda a sua diversidade, sem excluir qualquer condição humana. Mas como raramente essa vivência costuma ser incentivada pela sociedade, muitas são as surpresas, reflexões e descobertas relatadas pelos grupos participantes do projeto.

Em setembro, as oficinas *Quem cabe no seu TODOS?* estiveram em Pernambuco, junto aos programas de comunicação da ONG Auçuba, de Recife, e aos jovens voluntários da Pastoral da Criança, de Palmares, em parceria com a Save the Children da Grã-Bretanha. Humberto Suassuna, de 21 anos, jovem com síndrome de Down, levou para uma das oficinas da Auçuba, da qual participou como convidado, mais do que seus questionamentos sobre inclusão. Baterista, ele propiciou à platéia um *super show*. Primeiro, as músicas ensaiadas. Depois, os improvisos ao acompanhar os demais adolescentes que pegaram o microfone e começaram a cantar diversos sons. É, pessoas são assim mesmo, um pacote indivisível de talentos e de limitações que se manifestam ou não, dependendo das oportunidades. A dificuldade é perceber os talentos em quem tem algum tipo de deficiência. Talentos não só para a música, obviamente.

SOMOS DIFERENTES

Há perigo no ar. Um perigo que ameaça, sem distinção, a formação de qualquer jovem brasileiro, com ou sem deficiência. Detecto perigo em instituições de ensino particulares de capitais como Rio e São Paulo e também

Todos os bebês com síndrome de Down nascem na segunda-feira em um único hospital do planeta? Na terça, só recém-nascidas que se tornarão mulheres com pé grande? Na quarta, apenas meninos cujos cabelos cairão mais cedo? Nada disso acontece. Por isso, perguntei ao empresário com quem conversava: "O senhor também não se sente mal quando entra em um ambiente onde não ha ninguém com deficiência?" Ele me disse: "Não". "Mas a situação", argumentei, "é igualmente anômala!".

naquela escola pública que conheci, às margens do rio Amazonas, no meio de uma trilha que me levava para dentro da floresta. A mesma ameaça ronda projetos sociais e premiações que tanto nos mobilizam neste país. Ela se encontra escondida sob a mais santa das metas – conscientizar os jovens da necessidade de lutarem por direitos iguais. Nesse processo, o grande risco é acreditarmos ser possível promover reflexões sobre participação social e exercitar uma ética da igualdade em ambientes que não reproduzam a humanidade em toda a sua diversidade. Nas oficinas *Quem cabe no seu TODOS?* acontece quase sempre assim. Ao serem questionados sobre o significado do vocábulo "inclusão", muitos jovens respondem: "é saber que somos todos iguais". O desafio dali por diante é provar a eles justamente o contrário. Inclusão é saber o quanto somos diferentes.



FARSA HABITUAL

Recentemente, um empresário paulista me disse ter vontade de incluir em seus programas de responsabilidade social instituições só de crianças com deficiência. Procurou, então, uma escola com esse perfil de estudante, mas, lá chegando, sentiu-se muito mal ao ver tantas pessoas com deficiência mental juntas. Com razão, pois não é assim que a humanidade se manifesta sobre a Terra. Todos os bebês com síndrome de Down nascem na segunda-feira em um único hospital do planeta? Na terça, só recém-nascidas que se tornarão mulheres com pé grande? Na quarta, apenas meninos cujos cabelos cairão mais cedo? Nada disso acontece. Por isso, perguntei ao empresário com quem conversava: "O senhor também não se sente mal quando entra em um ambiente onde não há ninguém com deficiência?" Ele me disse: "Não". "Mas a situação", argumentei, "é igualmente anômala!". Eu também não passo mal quando entro em uma escola, um banco, um cinema onde as pessoas são muito igualzinhas, todas com dois olhos, as partes visíveis do corpo funcionando razoavelmente bem, um intelecto que nos pareça em bom estado. Fui educada para achar isso muito natural. A essa farsa me habituei. Vocês não?

VIVÊNCIAS ÉTICAS

Nascemos embaralhados, arrumados sem ordem e com formas tão criativas que nem as artes conseguem acompanhar. Portanto, seria lógico nos sentirmos profundamente constrangidos e violentados sempre que nos deparássemos com situações nas quais a humanidade estivesse reproduzida de forma antinatural e sem propósito. Só pessoas com dedo mindinho quebrado na primeira fila do cinema, já imaginaram? Uma agência de empregos para colocar índios no mercado de trabalho? Filas de supermercado divididas nas categorias obeso, anão, homossexual, filhos adotivos... Se conseguíssemos nos sentir fisicamente mal diante de situações grotescas como essas, daríamos um salto qualitativo em nossas reflexões e ações. Começaríamos a questionar se é coerente falar de solidariedade, de companheirismo, de flexibilidade, de trabalho em equipe, e de educação para valores em ambientes irrealis. Irrealis porque, insisto, não reproduzem a humanidade como ela é. Irrealis porque nós desejamos que sejam assim. Nós os construímos assim. Meu receio é continuarmos falando de ética por anos e anos em ambientes que não proporcionam

vivências éticas, que só podem existir quando estamos abertos à diversidade humana. Pessoas com deficiência não são um equívoco, um deslize da natureza, dentro de um pretenso padrão de ser humano perfeito e homogêneo.

Não quero dizer que devemos sair catando pessoas com deficiências para estarem conosco nos churrascos, nas festas de aniversário, nas empresas e nas escolas para salvar a ética da Pátria. É tão mais simples... Basta pararmos de impedir que eles estejam nos lugares que lhes são de direito estar, ou seja, TODOS.

Só chegaremos à prática dos direitos iguais se antes conseguirmos levar aos nossos adolescentes a reflexão sobre a diversidade humana. Diversidade que nos legitima como espécie e que se manifesta, em última instância, através das deficiências e das doenças crônicas. É bem mais do que respeitar as diferenças individuais. É exercitar-se na ética do indivíduo com sua espécie, algo que antecede ao social, ao cultural, ao político, ao econômico etc. É conscientizar-se de que sempre que alguém com a melhor das intenções elimina de uma criança ou de um adolescente a possibilidade de conviver com todas as condições humanas, na verdade está violando um direito básico e universal. Ratificando – toda pessoa tem o direito de conhecer a humanidade como ela é, e não como nós gostaríamos que fosse.



*AUTORA DOS LIVROS "SOCIEDADE INCLUSIVA. QUEM CABE NO SEU TODOS?" E "MUITO PRAZER, EU EXISTO", DIRETORA DO PROJETO "QUEM CABE NO SEU TODOS?" E DA WVA EDITORA. wvaeditora@attglobal.net

ENTREVISTA

VEET VIVARTA

DIRETOR-EDITOR DA ANDI

GUILHERME CANELA

CONSULTOR TÉCNICO DA ANDI

EDIÇÃO

PATÚ ANTUNES

LIANA ARAGÃO

EDITORIA DE ANÁLISE DE MÍDIA DA ANDI

ANA FLÁVIA FLORES

PRODUTORA DE PESQUISA

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA IMPULSIONA O JORNALISMO PARA O JOVEM

Gazeta do Povo, o jornal mais lido do Paraná, está com pé firme na era da responsabilidade social. As consequências, para seus leitores jovens, não passaram despercebidas: o Fun, suplemento que circula todas as sextas-feiras, há quatro anos, mudou. As pautas, até então centradas principalmente no rock'n'roll, foram substituídas, em boa parte, por reflexões sociais. A vida na periferia tem ganhado mais páginas e a adolescência não é encarada como o período em que alienígenas de 12 a 18 anos se unem nas famosas "tribos" para tramar episódios incompreensíveis ao "mundo adulto". A nova trajetória do Fun não é fato isolado no contexto da Gazeta do Povo,

nas bancas há 83 anos. Faz parte de um conjunto de estratégias que indicam, claramente, a disposição do veículo de "identificar o jornal com a comunidade". A definição é do diretor de redação, Arnaldo Cruz. É ele quem lidera, há dois anos, um processo que começou em 1996 com uma consultoria da Universidade de Navarra (Espanha) para o que, a princípio, seria uma reestruturação gráfica. Com o novo design, chegou-se à conclusão de que seria necessário um novo olhar sobre o que é notícia. Em 2001, a estratégia não se resumiu a publicar notícia com responsabilidade social, diversificando fontes e procurando soluções protagonizadas pela

sociedade civil. Nesse meio tempo, o grupo a que pertence a Gazeta – a Rede Paranaense de Comunicação, reunindo três jornais, uma rádio e todas as afiliadas da Rede Globo no estado – criou seu próprio instrumento de ação social: o Instituto RPC. Por meio de seu Núcleo de Estudos, Desenvolvimento de Talentos e Responsabilidade Social, são produzidos projetos como o Ler e Pensar, que interpreta o jornal em sala-de-aula de uma maneira mais incisiva e inteligente.

A ANDI conversou com Arnaldo Cruz, diretor de redação da Gazeta do Povo, Clarice Lopes, coordenadora do Instituto RPC, e Danielle Soares Brito, editora do Fun.



Danielle Soares



Clarice Lopes



Arnaldo Cruz

ANDI • O que muda no comportamento editorial da Gazeta do Povo à medida em que caminha esse processo de responsabilidade social do grupo RPC?

Clarice Lopes • Há dois exemplos que eu acho muito significativos, que mostram porque o fundamento de tudo é a mudança editorial. Primeiro: nós tiramos o governo do foco. Nós éramos um grupo empresarial de comunicação que dependia significativamente dos recursos financeiros aportados pelos órgãos públicos. A gente rompeu com isso. Hoje ouvimos o governo quando ele tem que ser ouvido e questionamos com uma liberdade que até dez anos atrás não era possível. Outro ponto é a qualificação da equipe: todo mundo foi capacitado a fazer um jornalismo com visão cidadã. Além disso, vale a pena dizer que quando optamos por uma linha editorial de responsabilidade social, uma das áreas em que

nós mexemos foi no bolso do patrão. Acabamos com as páginas de anúncio de prostituição no jornal, que davam muito dinheiro. Nós simplesmente decidimos editorialmente que, se queremos ser uma empresa construtiva, ética, não podemos ganhar dinheiro com esse tipo de anúncio.

Arnaldo Cruz • A virada toda foi da sociedade e o jornal acompanhou. E a virada foi também da direção do jornal, que percebeu os novos desejos da sociedade. Houve essa decisão de diretoria de investir numa mudança, que saiu cara. O redesenho do jornal durou um tempão e aí veio a situação mais dramática: dispensar pessoas de um jornal que tinha uma história de nunca ter demitido qualquer funcionário. O maior orgulho de Francisco Cunha Pereira, proprietário do jornal, era não ter nenhum processo trabalhista. Mas aí tem outra coisa que eu acho que é legal: a mudança de cabeça.

Então sai aquele cara que olhava para o governo e entra gente com o perfil da Danielle, que é o perfil de 90% da redação hoje. É um pessoal que não tem comprometimento nenhum com ninguém. É outra cabeça política, é outra vontade de fazer, é outra visão da sociedade.

ANDI • Dentro dessa visão de um jornalismo socialmente responsável, como é que vocês decidem o que é relevante cobrir?

Arnaldo • Os jornalistas estão propondo pautas com uma nova ótica e "brigam" por suas pautas. Somos cuidadosos para que a redação não trabalhe em função dos projetos no Instituto. De manhã, todo dia, às 10h, os seis coordenadores se reúnem e decidem o que vão fazer do jornal. Se a Clarice tiver um belo projeto, terá que ir vendê-lo na mesa. E mostrar que é bom. Se mostrar que é bom, faz-se a matéria.



A redação fez um levantamento de uma série de temas em que se percebia mais fraca. A gente conseguiu cumprir quase 70% daquela pauta, oferecendo cursos em linguagem jurídica, formação de blocos econômicos, português, o direito processual penal, tributos... Enfim, sobre todas essas questões a redação carecia de maior qualificação.

ANDI • Então se pode dizer que caberia mais ao repórter do que à direção de redação definir pautas sobre temas socialmente relevantes?

Clarice • Exato. Mas não que a direção do jornal se isente desse processo, de jeito nenhum. O jornalista tem liberdade de vender sua matéria, de emplacar sua matéria, mas essas cabeças pensantes que fazem parte da mesa central da redação definem as grandes linhas. E na definição dessas grandes linhas, de forma democrática, você ouve todo mundo.

ANDI • Vocês citaram que uma das preocupações tem sido trazer formação para os profissionais da equipe em relação a determinadas temáticas.

Clarice • A redação fez um levantamento de uma série de temas em que se percebia mais fraca. A gente conseguiu cumprir quase 70% daquela pauta, oferecendo cursos em linguagem jurídica, formação de blocos econômicos, português, o direito processual penal, tributos... Enfim, sobre todas essas questões a redação carecia de maior qualificação. Começamos a fazer cursos sistemáticos, trazendo gente de Brasília, de São

Paulo ou do Paraná mesmo.

ANDI • Infância e adolescência foram pensadas, em algum momento, como temáticas de destaque? Em nossa pesquisa sobre o ano de

1999, a *Gazeta do Povo* era o 6º veículo que mais investia nessa cobertura, entre os 50 maiores jornais brasileiros. Em 2000, passou para a 12ª posição. Por outro lado, em 2000 a *Gazeta* foi quem mais cobriu o tema Educação. O quanto disso é resultado do factual? Quanto vem de uma postura editorial pré-definida?

Arnaldo • Não há uma preocupação, por exemplo, de fazer matérias para receber o reconhecimento da ANDI ou vencer qualquer outro prêmio. O que a gente tem é envolvimento com certas questões. Quando você tem três mil professores ligados na gente, lendo a *Gazeta* todo dia (por meio do projeto Ler e Pensar), o nosso envolvimento passa a ser muito grande. Não há uma ordem, mas existe investimento. O que for movimento social, o que for contra a violência, questões de orientação social em favelas, cobertura de eventos coletivos, aí não se medem esforços! Em relação à Danielle, no caderno *Fun*, é assim: se está entusiasmada, faça!

ANDI • Analisando a cobertura do tema

Violência no universo da mídia brasileira, encontramos muito material factual, com pouca contextualização. É a notícia sobre o fato, o ato violento – e muito do material é baseado nos boletins de ocorrência das delegacias. A gente percebe a violência como um dos pontos críticos na atuação da mídia impressa brasileira. Como é que vocês têm pensado essa cobertura?

Arnaldo • A gente está na contramão. Há alguns meses, a *Gazeta* deixou de fazer a página policial, onde se mostrava a violência pela violência. Não temos mais o repórter policial. A pessoa que fazia as matérias policiais factuais agora está fazendo reportagens. Um exemplo foi uma série sobre gangues, que repercutiu bastante na cidade. A matéria sobre um crime violento não é mais manchete na página policial, mas só uma nota no jornal. Então, mudamos o foco e quando a matéria é mais analisada, como essa das gangues, o repórter dá um mergulho diferente, que inclui investigar o que pode ser feito para combater o problema.

ANDI • Um dos aspectos percebidos ao analisarmos durante anos seguidos a *Mídia Jovem do País* é que o Sul parecia ser parte da Europa. A gente tinha os suplementos e as seções de jornais voltadas para o público adolescente focalizando basicamente rock'n'roll, lazer e entretenimento. Enquanto isso, no Nordeste, Centro-Oeste e mesmo na região



FOTOS: GAZETA DO POVO.

Sudeste você tinha suplementos já preocupados em discutir uma realidade mais ampla. Então, nos pareceu muito interessante essa virada editorial do *Fun*, uma tomada de decisão consciente. Como é que se deu isso? Que lâmpada acendeu e permitiu perceber que seria importante também redirecionar a linha editorial do *Fun*, que era já um suplemento consolidado?

Arnaldo • A gente tinha a percepção de que o *Fun* estava desligado. Havia essa percepção, mas não um projeto. Procurou-se uma pessoa com o perfil adequado à nova linha do jornal e encontramos grande sintonia entre nossas idéias e as propostas da Dani.

Danielle • Na verdade, não existe uma fórmula de fazer jornalismo juvenil. Eu sei que quero tratar de alguns problemas, como a questão da cidadania, saúde, relacionamento entre pais e filhos, mas como vou fazer isso? Como abordar tal assunto? Como não nos transformarmos naquele pai chato, que quer impor regras? Então, tentamos até hoje achar esse meio termo na linguagem, que deve ser um pouco mais solta, leve, mas ao mesmo tempo não pode ser chula nem cheia de gírias, senão ela acaba até caindo no ridículo, no pastiche. O que acho interessante é que a gente

não quis perder esse link com a questão da cultura e do entretenimento. Mantivemos uma página de música, que não é só de rock. E também a gente achou muito importante manter a ligação com assuntos da atualidade. Tentamos equilibrar as duas coisas, porque sabemos que, com a concorrência da Internet, do cinema, da televisão, o adolescente quer imagem, quer coisas interessantes, informações mais rápidas. Outra coisa é que a gente lançou o FunVest, que são quatro páginas dentro do *Fun* voltadas para os vestibulandos. Com o FunVest, sentimos o quanto o projeto do *Fun* tem que evoluir graficamente. Abusamos muito dos textos compridos e longos e não sabemos até que ponto o nosso leitor está evoluindo nesse texto, até onde ele está chegando.

ANDI • O risco aí é você cair no outro extremo, esvaziando o conteúdo...

Danielle • No começo, um erro que cometemos é que estávamos tratando o leitor como "aborrecente". Começamos a repensar isso, porque na verdade não é assim.

Temos que ser um instrumento que mostre a eles que tudo aquilo que estão sentindo em relação

Não temos mais o repórter policial. A pessoa que fazia as matérias policiais factuais agora está fazendo reportagens. Um exemplo foi uma série sobre gangues, que repercutiu na cidade. A matéria sobre um crime violento não é mais manchete na página policial, mas só uma nota. Então, mudamos o foco e quando a matéria é mais analisada, como essa das gangues, o repórter dá um mergulho diferente, que inclui investigar o que pode ser feito para combater o problema.





...a gente acaba ouvindo o pai quando ele é o personagem mau da história, como, por exemplo, no vestibular – ele entra como o fator pressão. Agora você me pegou, porque o pai realmente é a última fonte em quem a gente pensa. Costumamos olhar o adolescente muito dentro do grupo dele, da escola, dos amigos, no shopping – até mesmo no consultório, com o médico. E o pai, é como se a mídia talvez estivesse afastando-o, como alguns adolescentes também o fazem.

da família ser uma referência importante para os jovens, e uma mídia que tem medo de perder os leitores no momento em que dá voz para seus pais?

a namoradas, às dúvidas que têm em relação a sexo, o fato de gostar de ficar dentro do quarto, de não conversar muito com os pais, é tudo normal, e que outros adolescentes passam por isso. Então, começamos a olhar o adolescente diferente, como um ser pensante de verdade. Outra coisa com que a gente toma bastante cuidado atualmente é embasar nossas matérias com a visão de especialistas. Claro que quando não é necessário, eliminamos. Mas achamos que podemos transformar textos longos e que atendam ao problema de uma só pessoa em alguma coisa mais ampla. Na questão da sexualidade, a gente encontrou alguns probleminhas...

ANDI • A gente vem observando que, no universo da Mídia Jovem, sexualidade e drogas são pontos críticos. Além de serem questões problemáticas, muitas vezes os jornalistas têm medo de abordar o tema de forma muito solta e incomodar os pais dos leitores. Por outro lado, jornalismo para jovens é educomunicação – deveria ter uma interface educativa. Como é que você lida com a sua equipe, quando tem que trabalhar drogas e sexualidade?

Danielle • Nós tratamos dos temas. Só que eu estava refletindo esses dias e percebi que a gente acaba fazendo um jornalismo de adolescentes sem rosto. Porque, por optar em tocar nesses assuntos importantes, porém polêmicos, acabamos tendo que abrir mão de mostrar esses adolescentes e até mesmo de

citar nomes. Numa matéria sobre sexualidade, a repórter Patrícia Pinheiro entrevistou meninas que transam com os namorados e as identificou só pela iniciais. Um dia depois, recebeu um telefonema de uma dessas meninas, pedindo até para mudar as iniciais. Ela tinha medo de que todo mundo na escola a reconhecesse. Quer dizer, é um adolescente que a gente não pode expor. Na questão de drogas, a mesma coisa. Quando a gente faz, preserva a identidade – mas não deixa de fazer.

ANDI • Há tempos a gente vem analisando os tipos de atores ouvidos nas reportagens de Mídia Jovem. Há algumas coisas muito interessantes, como o fato dos jovens aparecerem sempre em primeiro lugar, e os especialistas, que você citou, em segundo. Nesse sentido, o *Fun* trabalha em uníssono com a Mídia Jovem brasileira. Inclusive no que se refere ao último colocado entre os oito tipos de fontes que a ANDI classifica: os familiares. É como se o adolescente aparecesse na Mídia Jovem descontextualizado de sua família. O que você acha que poderia ser feito para resolver essa brecha tão grande que existe entre um dado de realidade, que é o fato

Danielle • É engraçado você dizer isso, porque a gente acaba ouvindo o pai quando ele é o personagem mau da história, como, por exemplo, no vestibular – ele entra como o fator pressão. Agora você me pegou, porque o pai realmente é a última fonte em quem a gente pensa. Costumamos olhar o adolescente muito dentro do grupo dele, da escola, dos amigos, no shopping – até mesmo no consultório, com o médico. E o pai, é como se a mídia talvez estivesse afastando-o, como alguns adolescentes o afastam também.

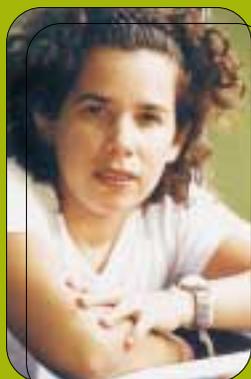


FOTO: GAZETA DO POVO.

O jornal na pauta da escola

EDITORA DO CADERNO DEZ!

NADJA VLADI



ANNA PENIDO

DIRETORA EXECUTIVA DA CIPÓ –
COMUNICAÇÃO INTERATIVA

Quando a ANDI começou a monitorar o comportamento da mídia direcionada aos adolescentes e jovens (1997), buscando ampliar os índices de matérias capazes de contribuir com a formação desse público, um dos temas aparecia como verdadeiro tabu: a escola. A importância do assunto fez com que a aversão inicial se transformasse em desafio. Hoje, os profissionais que trabalham nesses veículos já conseguem falar de maneira envolvente sobre um tema a princípio considerado desinteressante.

O *Caderno Dez!*, publicado semanalmente pelo jornal baiano *A Tarde*, não só conseguiu inserir a escola em sua pauta, como também na pauta da escola. A experiência tem mostrado que a mídia do jovem pode ocupar um papel fundamental na educação desse público, servindo inclusive como suporte para o trabalho do professor, que muitas vezes também tem o desafio de tornar assuntos aparentemente áridos em matérias interessantes. A experiência desenvolvida pelo suplemento do jornal *A Tarde*

Não é apenas por meio do modelo educacional formal que a Bahia anda oferecendo régua e compasso a seus jovens. Uma iniciativa reunindo a ONG Cipó – Comunicação Interativa, o suplemento juvenil *Caderno Dez!*, o Grupo Eva e seis colégios de Salvador vem potencializando a utilização da Mídia Jovem como instrumento de debate de temáticas socialmente relevantes.



recebeu o nome de *Papo Dez!* e começa com a realização de debates nas escolas sobre temas de relevância para a juventude. Os principais depoimentos colhidos durante as discussões são publicados no *Caderno Dez!*, posteriormente distribuído na escola. Os professores o utilizam para aprofundar as questões trabalhadas no debate. Na sala de aula, os alunos também são estimulados a produzir redações sobre o tema. Os melhores textos são mais uma vez publicados no *Caderno Dez!*.

PARCERIA PELA EDUCAÇÃO

O *Papo Dez!*, que contribui para ampliar o nível de informação e o espírito crítico dos adolescentes, também demonstra que o desafio de educar as novas gerações pode ser alcançado com mais facilidade se à escola se somarem outros atores sociais. O debate faz parte de uma ação maior, o *Projeto Maxiteen*, pioneiro na sua concepção justamente pela diversidade de parceiros que conseguiu reunir.

A iniciativa surgiu do Grupo Eva, que atua na área de entretenimento, e buscava aproximar-se de maneira qualificada de alunos de escolas particulares, público potencial dos seus empreendimentos. Mais do que shows e festas, que também fazem parte da programação, o Eva queria oferecer a esses jovens a oportunidade de discutirem temas ligados à cidadania. Foi, então, que procurou a Cipó – Comunicação Interativa, organização não-governamental cuja missão

é promover o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens por meio do uso educativo da comunicação.

Com a parceria da Cipó, o Eva incluiu no programa as apresentações da peça "O Cidadão de Papel", baseada no livro homônimo do jornalista Gilberto Dimenstein, que foi produzida e é encenada por alunos de escolas públicas, orientados por artistas baianos. A Cipó, que também integra a Rede ANDI, representando-a na Bahia e em Sergipe, fez a articulação com o *Caderno Dez!*, que há algum tempo buscava interagir mais de perto com seus leitores. A proposta ganhou força com o apoio da Maxitel, empresa de telefonia celular que patrocina a ação.

"Um programa como esse é uma referência de como empresários e educadores podem se unir para construir um espaço de mobilização social", diz Nadja Vladi, editora do *Caderno Dez!*. "Todo mundo está ganhando com isso. Ganham principalmente os alunos, que têm oportunidade de adquirir informações e discutir sobre temas do seu interesse. Mas ganham também o jornal, que abre espaços de interação com seus leitores; a ONG, que expande seu raio de atuação; e, as empresas, que se aproximam do seu público consumidor e têm a oportunidade de exercer a sua responsabilidade social", diz Anna Penido, diretora da Cipó.

PAPO DEZ!

O *Papo Dez!* aposta na escola como espaço de integração e de diálogo. Os debates acontecem no pátio, auditório ou ginásio de seis colégios particulares de Salvador – Nobel, Dois de Julho, Diplomata, Integral, Maristas e PhD –, sobre sexualidade, mercado de trabalho, drogas, violência, cidadania e família.

Com o formato de *talk-show*, o debate é conduzido por Emanuelle Araújo, vocalista da Banda Eva, e pelo dramaturgo João Sanches, 21 anos, colunista do *Caderno Dez!*. Enquanto Emanuelle recebe no palco jovens protagonistas e especialistas convidados para aprofundar o debate, João faz a ponte com os adolescentes na platéia, circulando com um microfone sem fio. "Eu atuo como o representante do *Caderno Dez!* e minha missão é estimular os jovens a debaterem e se posicionarem sobre os temas discutidos", explica João.

O *Papo Dez!* começa com os jovens protagonistas, que narram suas experiências pessoais na área em questão. Assim, garante-se que, no palco ou na platéia, a voz mais ouvida seja sempre da juventude. Aos depoimentos, seguem-se as perguntas do público, que são complementadas e aprofundadas pelos especialistas.

"Vamos estar em troca permanente com as escolas, já que as idéias e opiniões mais legais levantadas pela platéia serão publicadas no jornal, que depois será discutido em sala de aula, com os



FOTOS: CADERNO DEZ! / A TARDE.

Papo-cabeça

De 19 de setembro a 24 de outubro, o projeto *Papo Dez!* esteve cada semana em um colégio de Salvador. A primeira edição aconteceu no Colégio Nobel, com o tema *A Sexualidade dos Adolescentes*.



professores", explica Nadja Vladi, editora do *Dez!*. Depois de participar do debate, de ler o jornal e de aprofundar o tema na sala de aula, os alunos também serão estimulados a escrever redações sobre o assunto. Além de ganhar uma fantasia para o carnaval do Bloco Eva e um celular da Maxitel, o melhor texto será publicado no *Caderno Dez!*.

"A Mídia Jovem ainda está descobrindo a amplitude e o impacto da contribuição que pode oferecer ao seu público. O *Papo Dez!* é uma iniciativa que demonstra a possibilidade desses veículos extrapolarem seu papel tradicional, a partir da articulação com outros segmentos que também atuam com os jovens", afirma Anna Penido.



"Eu achei o debate uma coisa boa, porque é um meio de informar os adolescentes sobre como prevenir doenças, além dos métodos contraceptivos. Minhas principais dúvidas eram sobre o prazer e os danos do sexo".

Juan Rodrigues, 13 anos

"É um projeto válido, que com certeza influencia a galera".

Bruna Neves, 13 anos

"O interessante do *Papo Dez!* é a aproximação do pessoal com os entrevistados. O legal é, a partir dessa atividade, conseguir fazer uma coisa mais ampla durante todo o ano letivo da escola".

Sérgio Silva, 21 anos, ator da peça

Com Arte, Sem AIDS, do CRIA

"Hoje em dia, os jovens brasileiros têm um nível de informação bem legal. Agora, é preciso fazer alguma coisa para a galera que está chegando".

João Felipe Lemos, 16 anos

"Os estudantes apresentaram dúvidas sofisticadas, de quem tem informação sobre sexualidade. O importante em um evento como esse é ouvir o jovem. O *Caderno Dez!* está conseguindo fazer isso no jornal e agora nas escolas".

Clásia Sadigursky, médica hebeatra, coordenadora do Centro de Assistência Integral do Adolescente e colunista do *Dez!*

"Na minha opinião, se todo cidadão já tem compromisso com a sociedade, para o artista, que tem uma vida pública, esse compromisso é maior ainda. Eu tenho certeza de que esse debate vai ter conseqüências. Depois do *Papo Dez!*, as pessoas irão pra casa com as idéias mais claras. O que mais ajuda é o formato. Conseguimos montar uma dinâmica interessante, que deixa as pessoas à vontade. É uma delícia".

Emanuelle Araújo, vocalista da Banda Eva

"Eu acho que o mais importante é os jovens terem um espaço para pensar sobre o que está acontecendo no planeta. O mundo está sofrendo mudanças cada vez mais rápidas e profundas e é muito difícil processar tudo isso. É muita informação ao mesmo tempo, então onde houver espaços que possibilitem um diálogo, uma rede de informações, vou querer estar junto".

João Sanches, 21 anos, dramaturgo e colunista do *Caderno Dez!*



Um PROJETO de PAÍS

No próximo ano, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (*Unicef*) vai dedicar seu relatório Situação da Infância Brasileira à questão da Adolescência. O objetivo é contribuir para o debate sobre o que é a adolescência, que oportunidades e desafios esse período da vida representa e quais as políticas públicas voltadas para garotos e garotas de 12 a 17 anos nas áreas de Educação, Saúde, Educação para o Trabalho, Participação, Convivência familiar, Convivência comunitária, entre outros.

Para o *Unicef*, este é um debate urgente. O Brasil – e toda a América Latina – vive o que pesquisadores têm chamado de uma explosão demográfica de adolescentes e de jovens adultos. Essa é uma oportunidade única. Será preciso vencer a tendência de analisar a adolescência apenas pelo conjunto de problemas e tensões que o contexto social impõe, para compreendê-la a partir das amplas possibilidades que se apresentam em relação ao potencial crítico e criativo desta fase da vida. Além disso, as facilidades de aprendizagem, de produção de soluções para problemas imediatos e sua abertura para ir além dos padrões e convenções sociais são capacidades que fazem da *adolescência* uma fase fundamental para a construção do indivíduo e fazem do *adolescente* um ator social importantíssimo para a evolução da sociedade.

O Brasil tem mais de 20 milhões de pessoas com idades de 12 a 17 anos, os adolescentes. É o dobro da população de Portugal e metade de toda a população argentina. Uma nação de adolescentes. O que o Brasil pretende dessas pessoas? Dentro dessas expectativas, o que se quer oferecer a esses garotos e garotas, seja nas pequenas, médias ou grandes cidades, seja nas periferias desses centros urbanos, seja nas zonas rurais? As

respostas a essas perguntas vão refletir qual o nosso projeto de País.

Ao olhar a infância e adolescência por seus três ciclos de vida – a primeira infância (0 a 6 anos), o período da Educação Fundamental (7 a 14 anos) e a Adolescência – o *Unicef* tem classificado essa terceira etapa do desenvolvimento da pessoa como uma “terceira oportunidade de fazer bons investimentos (...). Esse é um período de rápido desenvolvimento para jovens, em todos os aspectos – físico, emocional, psicológico, social e espiritual. Essa é, de fato, a fase de mais rápido desenvolvimento humano, fora o período pré e neonatal. Porém, é também um período perigoso”, defende o relatório Situação Mundial da Infância 2002, lançado pelo *Unicef*. São esses adolescentes, diz o documento, as pessoas “mais vulneráveis a algumas das maiores ameaças aos direitos dos menores de idade – HIV/AIDS, exploração sexual, exploração da força de trabalho (...). Medidas específicas para as necessidades dos jovens são muitas vezes deixadas em segundo plano devido às demandas e prioridades dos adultos(...). Adolescentes têm direitos inalienáveis que estão sendo abertamente ignorados. Têm direito à informação relevante e confiável de uma variedade de fontes que incluem pais, professores, mídia e educadores (...). O bem-estar dos



M A R I O V O L P I
Oficial de Projetos /Adolescentes do
Unicef no Brasil

adolescentes depende de um ambiente seguro, o que inclui adultos que se importam com eles”.

Todos nós somos esses adultos. Educação plena, participação na família, na comunidade e na definição de políticas públicas, Educação profissionalizante, serviços de saúde especializados (públicos, gratuitos e de qualidade) e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito às medidas socioeducativas para os adolescentes em conflito com a lei, são os temas prioritários para o *Unicef* nos próximos anos.

Esses temas – e muitos outros – são importantes fontes de pautas para os jornalistas, radialistas e comunicadores em geral, para que encontrem na adolescência não apenas um mercado potencial de consumidores ou futuros leitores e espectadores, mas uma fonte rica e permanente de histórias e personagens, de pessoas capazes de construir novas relações sociais a partir das quais seja possível criar uma sociedade mais justa e um mundo melhor.





ANDI

Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Vencedora do *Prêmio Unesco 2001* na categoria **Comunicação e contemplada pelo Unicef e Agência EFE (Espanha) com o Prêmio Especial Ibero-americano de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência.**

Prêmio Unesco



Reconhece instituições públicas e da sociedade civil e pessoas que se destacam por ações de elevada relevância social nas áreas de educação, cultura, meio ambiente, ciência e tecnologia, comunicação, direitos humanos e desenvolvimento social.



Prêmio Ibero Americano

Reconhece profissionais e meios de comunicação que contribuem para dar visibilidade a questões relevantes para os direitos das crianças e adolescentes, estimulando a investigação e a busca de soluções.



1º CONCURSO REDE ANDI PARA PROJETOS EM COMUNICAÇÃO

Apoiando projetos de ONGs brasileiras que têm na comunicação e nos direitos da infância e da adolescência seu foco central.

Os projetos selecionados contarão com apoio técnico e financeiro para desenvolver suas ações. São convidados a participar do Concurso trabalhos que tenham como meta contribuir para a qualidade da informação sobre os direitos da criança e do adolescente; promover o diálogo profissional e co-responsável entre atores sociais, jornalistas e meios de comunicação ou sensibilizar organizações privadas para o investimento em ações de comunicação.

Informações: (61) 322-6508

redeandi@andi.org.br

R\$ 5,00

A MÍDIA DOS JOVENS • UMA PESQUISA ANDI/IAS/UNESCO



Instituto
Ayrton Senna

GRANDE PRÊMIO AYRTON SENNA DE JORNALISMO

Reconhecendo veículos e profissionais de comunicação nas atividades jornalísticas que contribuam para o desenvolvimento humano sustentável, favorecendo às novas gerações os meios econômicos, políticos e sociais necessários ao pleno desenvolvimento de potencialidades e à liberdade de fazer escolhas.

São distribuídos anualmente prêmios para as seguintes categorias: jornal, revista, rádio, fotojornalismo, mídia jovem e infantil, jornalismo político, jornalismo econômico, televisão, Destaque Veículo de Comunicação, Destaque Editor e Destaque Desenvolvimento Humano.

Informações: (11) 6950-0440

msalmeida@ias.org.br



Secretaria de Estado da Criança, Juventude e do Adolescente
Departamento da Criança e do Adolescente

